

ESTRATÉGIAS DA LUTA POR DIREITOS:

A EXPERIÊNCIA DE PIQUIÁ DE BAIXO – MARANHÃO



MANUAL PARA FORMAÇÃO.

EXPE- DIENTE.

AUTORA

Valdênia Aparecida Paulino Lanfranchi

ILUSTRAÇÕES

Coletivo Pingapinga

REVISÃO

Renato Paulino Lanfranchi

FOTOS

Arquivos JnT

DIAGRAMAÇÃO

Rhaysa Novakoski

PRODUÇÃO

Justiça nos Trilhos (JnT) – www.justicanostrilhos.org

SAGE Foundation – www.sagefoundation.net

PARCERIAS

Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH) –
www.fidh.org/pt/

Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá (ACMP)



O conteúdo deste documento não compromete as organizações promotoras e colaboradoras desta publicação. Pode-se citar ou fotocopiar para uso não comercial sempre citando a fonte.

AÇAILÂNDIA, MA - 2020

ÍNDICE.

APRESENTAÇÃO.....	5
Sugestão de dinâmica para introduzir este Manual na formação.....	8
1 De onde falamos: como era Piquiá de Baixo.....	9
2 Sentir, intuir, agir: começo da organização.....	12
3 O poder da articulação.....	15
4 O opressor na mente e na voz de algumas pessoas da comunidade.....	18
5 Estudos e pesquisas sobre os problemas da comunidade.....	22
Cuidados importantes ao realizar uma pesquisa.....	25
6 A escolha pelo reassentamento e sua gestão.....	26
7 Estratégias jurídicas.....	30
8 Monitoramento das ações.....	34
9 Empresas e poder público: uma relação ambígua.....	37
10 É proibido cochilar: cuidados com a base.....	40
Atividades de fortalecimento comunitário.....	44
Estratégias da Vale para dividir a comunidade.....	47

11	O poder da comunicação.....	49
	Dicas para a visibilidade nacional e internacional.....	53
12	Outras estratégias de luta.....	54
	12.1 Cartas e e-mail.....	56
	Cartas carregam grande significado.....	57
	12.2 Abaixo-assinado.....	58
	12.3 Protesto Público.....	59
	12.4 Fechamento de via pública.....	60
	12.5 Ser acionista.....	61
	12.6 Audiência Pública.....	62
13	Cuidados com a segurança.....	64

REFERÊNCIAS.....	67
------------------	----

ANEXOS

Anexo 1 – Síntese dos princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU.....	69
--	----

Anexo 2 – Cronologia do processo de reassentamen- to de Piquiá da Conquista.....	72
---	----

Anexo 3 – Carta do Sr. Edvard ao neto Moisés....	75
--	----

APRESENTAÇÃO.

APRESENTAÇÃO

SUGESTÃO DE DINÂMICA
PARA INTRODUIR ESTE
MANUAL NA FORMAÇÃO



Piquiá de Baixo, à beira do rio Piquiá, com ao fundo as instalações das empresas siderúrgicas e de cimento.

Construção do bairro Piquiá da Conquista, para o reassentamento de 312 famílias de Piquiá de Baixo (foto de fevereiro 2020).



Este Manual é uma iniciativa da parceria entre as organizações Justiça nos Trilhos, Associação Comunitária de Moradores de Piquiá, Federação Internacional de Direitos Humanos – FIDH e a Fundação SAGE. Sua construção soma experiências vivenciadas no processo de luta da comunidade de Piquiá de Baixo, na defesa de seus direitos frente às violações cometidas pela Vale S.A. e as empresas com atividades afins na região. Piquiá de Baixo está situada ao longo da Estrada de Ferro Carajás na cidade de Açailândia, estado do Maranhão, região amazônica do Brasil.

Qual o poder de resiliência de uma comunidade que representa um pouco mais de 1% da população de um município com 112 mil habitantes, situada entre a zona urbana e rural, longe das vistas do poder público, mas no centro dos interesses de empresas de explora-

ção extrativistas (mineradoras, fábricas de gusa, aço e cimento) para resistir e se manter na luta por seus direitos ao longo de mais de uma década?

Em que momento essa comunidade se deu conta de que esses novos vizinhos, que surgem com aparência de progresso, representavam um mal para a saúde, para o meio ambiente e para a vida comunitária? Quais as estratégias encontradas pela comunidade para enfrentar os desafios das doenças, as intrigas provocadas pelas empresas, a perda

da pesca e da criação doméstica para o sustento, por conta dos poluentes?

Essas perguntas serão respondidas neste manual, cuja metodologia está pautada na conjugação dos verbos ver-julgar-agir, e na pedagogia do oprimido desenvolvida por Paulo Freire.

O manual tem início com uma breve apresentação do bairro Piquiá de Baixo e, na sequência, traz para cada tema a vivência da comunidade através de falas de moradores e de narrações. Esta parte é seguida por uma lista de dificuldades vividas pela comunidade e de estratégias que a comunidade adotou ou que podem ser adotadas em circunstâncias parecidas. Ao final de cada unidade é apresentada uma sugestão de roteiro para trabalhar a formação.

Neste manual, a história de luta da comunidade é contada a partir das conversas da autora com os/as mora-

dores/as – conversas que permitiram resgatar passagens importantes dessa trajetória – trazendo, também, sua experiência como educadora na mediação de conflitos e no fortalecimento das ações comunitárias.

Nos anexos foram colocados o documento com a linha do tempo da luta da comunidade de Piquiá de Baixo; um resumo dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU; e a carta completa do Sr. Edvard para seu neto. Esses documentos podem auxiliar na formação.

Por fim, registramos os agradecimentos a todas e todos que colaboraram para a realização deste Manual com a firme esperança de que ele possa contribuir na difícil caminhada pela afirmação dos direitos humanos violados pelas empresas.



O Corredor do Carajás: linha férrea da Vale S.A. para o escoamento do minério extraído no sul-este do Pará. O bairro de Piquiá de Baixo é localizado a 14 km de Açailândia.

SUGESTÃO DE DINÂMICA PARA INTRODUIR ESTE MANUAL NA FORMAÇÃO.

UMA RODA DE CONVERSA:

- a) Disponibilizar cadeiras em círculo.
- b) Fazer um momento de acolhida com o refrão da música: “Seja bem vinda/o lelê, seja bem-vindo/a lá lá! Paz e bem para você que veio participar.” Pode ser com um poema ou jogral que fale da luta pelos direitos ou outra música.
- c) Pedir que uma pessoa recorde algum momento importante de aprendizado na luta por algum direito que tenha ocorrido na comunidade. Depois de valorizar essa partilha, explicar que se pode aprender muito na luta por direitos.
- d) Jogar uma bola, que pode ser de papel amassado, ou outro objeto não perigoso, para uma pessoa e ela diz um direito que a comunidade ainda precisa conquistar (a bola pode ser passada para umas 5 pessoas).
- e) Fazendo o gancho do aprendizado e dos direitos que ainda precisam ser conquistados, faz-se a apresentação do Manual de Estratégias como um instrumento que traz experiências sistematizadas para fortalecer a luta por direitos.

OBS. Recordamos que é preciso sempre preparar os encontros com antecedência para que não falte material e para que o ambiente fique pronto e acolhedor. Sugere-se sempre fazer o registro dos encontros, com relatório da atividade, fotos, vídeos, material produzido etc. Pode-se escolher uma pessoa com antecedência ou no início da atividade para o registro.

1.

**DE ONDE
FALAMOS:
COMO ERA
O PIQUIÁ
DE BAIXO.**

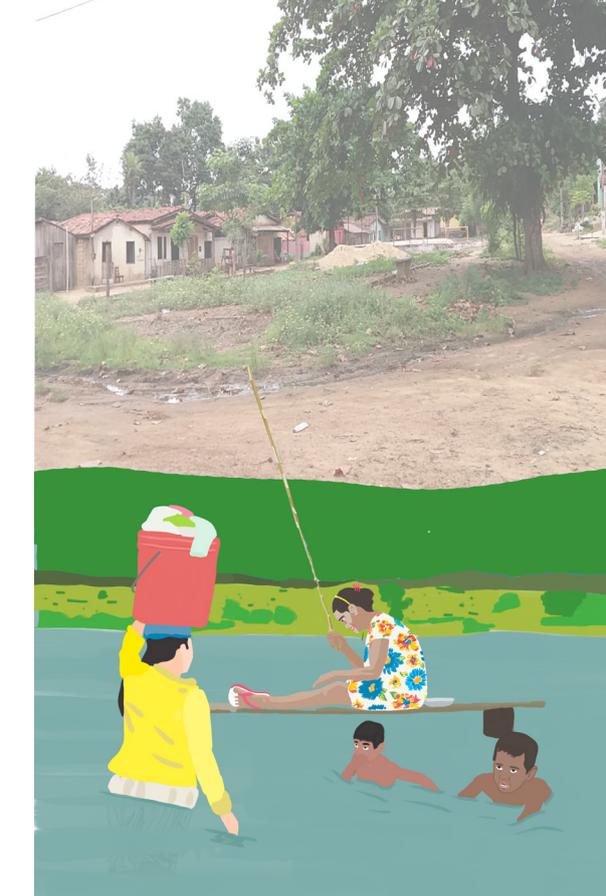
NARRATIVA COM FALAS

SUGESTÃO DE DINÂMICA
PARA FORMAÇÃO

“Aqui era bom demais! Tinha peixe à vontade. Dava de plantar de tudo.

O banho do Quarenta vivia cheio de gente de todo canto. Alguns bebiam demais e faziam muita bagunça. Mas aqui era bom, ó!”. (Sr. Antônio) “A comunidade de Piquiá de Baixo teve início em 1958 quando ali chegaram as primeiras famílias. Alguns homens chegaram antes de suas esposas, filhos e filhas. Eram pessoas do Piauí, Minas, Bahia, muitas de municípios vizinhos. Meus pais contam que eles vieram a pé de Imperatriz que fica a 70 km daqui. O que atraía as famílias era o acesso à terra barata. Depois, um parente ia trazendo outro e quando se viu, já eram mais de 400 famílias.” (Simone)

“Num tem?! Aqui era bom! A gente banhava era muito neste brejo. Tinha muita fruta: jaca, manga, banana. Se alguém ficava doente, sempre tinha um chá bom. Também tinha suas confusões, uns homens metido a valente, mas, na hora da necessidade o povo se ajuntava. Se juntou para construir o poço de água. As mulheres construíram o Clube de Mães ao lado da escola. O cemitério ficava na parte de cima e estava sempre



com flores. Mas o bom eram os festejos na igreja de São José.” (Nice)

Esta comunidade, localizada em meio a uma natureza saudável e bonita, formada por migrantes com o sonho de dar uma vida melhor às suas famílias e com problemas comuns a toda relação comunitária, iria mudar muito depois da construção da estrada de ferro do Carajás e da chegada das empresas nos anos de 1984 e 1988.

SUGESTÃO DE DINÂMICA PARA FORMAÇÃO.

a) Como boas-vindas, pedir para as pessoas que podem para ficar em pé (se tiver cadeirante o exercício pode ser feito da cadeira), esticar o corpo, se dar um abraço nela própria. O abraço deve durar alguns instantes para que dê tempo a pessoa pensar em suas habilidades e qualidades. Na sequência, pedir que as pessoas troquem um abraço dizendo uma de suas qualidades ou habilidades. Fechar esse momento dizendo que todas as qualidades e habilidades são importantes na luta por direitos.

b) De acordo com o tempo de existência da comunidade (exemplo: a comunidade existe há 20 anos), dividir as pessoas em 4 grupo. O grupo 1 deve lembrar como era a comunidade nos primeiros 5 anos; o grupo 2 recordará a comunidade nos

5 anos seguintes e assim por diante. Os grupos podem relatar, desenhar ou fazer teatro. É importante que os grupos sejam motivados a trazerem nos relatos os momentos bons e difíceis, aspectos culturais (festejos) etc.. Na apresentação dos grupos pode se ter um papel na parede com a linha do tempo para anotações dos elementos trazidos pelos grupos.

c) Apresentar o trabalho dos grupos.

d) Quem estiver conduzindo o encontro deverá fechá-lo enfatizando os momentos mais importantes da luta da comunidade apresentados pelos grupos, bem como seu significado trazido pelos grupos.

e) Encerrar, se possível, com a partilha de um lanche para comemorar a vida e resistência da comunidade que é o lugar de onde se fala.

2.

SENTIR, INTUIR, AGIR: COMEÇO DA ORGA- NIZAÇÃO.

NARRATIVA COM FALAS

DIFICULDADES

ESTRATÉGIAS

SUGESTÃO DE DINÂMICA
PARA FORMAÇÃO

Quando começou a construção da estrada de ferro, muita gente foi empregada e muitos faziam planos para trabalhar nas empresas. Era tanto movimento que nem dava tempo pra pensar direito. Quando os moradores se deram conta, a estrada de ferro já estava lá e tudo mudava com muita rapidez. As terras da comunidade agora pertenciam às empresas, as roças já não tinham mais espaço e o ar ganhou a cor cinza.

Aquilo não estava certo. Mas as pessoas não queriam falar sobre o assunto. Uns tinham medo de perder o emprego, outros achavam que era bobagem e alguns achavam que as pessoas que estavam preocupadas queriam aparecer. Eram poucas as pessoas a reclamar em voz alta; entre elas estavam Sr. Edvard que liderava o grupo, o Sr. Joaquim e mais umas duas pessoas da comunida-

de. Juntas começaram a pensar o que fazer. Era muita gente doente com problemas respiratórios, infecções nas vistas e muita coceira no corpo, sem contar o barulho estridente dos trens que não deixava ninguém conversar ou ouvir um rádio.

“Às vezes dava de desanimar. Era muito difícil conversar com as pessoas daquilo que todo mundo estava vendo e sentindo. Mesmo assim, seguimos firmes. Procuramos o prefeito e vereadores da cidade, mas eles fizeram foi nos dizer que as empresas eram importantes para o município. O Sr. Edvard chegou até a escrever para o Presidente Lula, que respondeu à carta. Mas as coisas não mudavam. O jeito era conseguir mais gente da comunidade, formar uma associação de moradores e buscar apoio de fora para fortalecer a nossa luta.” (Sr. Joaquim).



DIFICULDADES

- Ter que repetir a mesma história várias vezes e muitas vezes para a mesma pessoa;
- A cobrança da família pelo tempo e até sobre o dinheiro para as despesas de casa que vão para luta da comunidade;
- Por conta de tanta pressão, surgem dificuldades e até ameaças... muitos momentos de dúvidas se se está fazendo a coisa certa;
- O distanciamento de pessoas da comunidade por medo de serem vistas com quem leva a luta adiante;
- Dificuldade para entender contra quem brigar, a quem recorrer e o que fazer.

ESTRATÉGIAS

- O grupo se dividiu para visitar e conversar com as pessoas da comunidade com quem se tinha mais afinidade e confiança para falar do problema e da importância de organizar-se, ganhando novas adesões para a luta;
- Foi formada a associação de moradores;
- Conversas com lideranças sociais e religiosas para buscar apoio.

SUGESTÃO DE DINÂMICA PARA FORMAÇÃO.

a) **Acolhida.** Escolher um trecho de uma música das caminhadas de luta (a letra pode ser dada em cópia ou projetada na parede) para que todos cantem. Na sequência, pode-se perguntar se há alguma novidade da comunidade a ser compartilhada.

b) Pedir três voluntários/as que juntos deverão escolher um direito que a comunidade ainda precisa conquistar. Enquanto elas definem qual será o direito, o restante do grupo é dividido em três (se o grupo for pequeno, pode ser em dois). Em seguida cada um/a dos/as três voluntários/as deverá se dirigir a um grupo para convencer as pessoas a se somarem a elas na luta. Terão 5 minutos para isso.

c) Na roda grande, cada voluntário/a dirá quantas pessoas conquistou e as pessoas dirão o que foi na fala do/a voluntário/a que as convenceu. Só depois, o/a voluntário/a dirá o que foi mais difícil no exercício.

d) Quem conduz o encontro deve sempre valorizar os esforços e a participação das pessoas. Depois dessa partilha, se faz a leitura do texto que está sendo tratado e abre-se para as impressões das pessoas presentes.

e) Fechar o encontro pedindo para que cada participante diga uma palavra importante para ser usada quando se quer conquistar alguém para a luta.

3.

O PODER DA ARTICULA- ÇÃO.

NARRATIVA COM FALAS

DIFICULDADES

ESTRATÉGIAS

SUGESTÃO DE DINÂMICA
PARA FORMAÇÃO

Fazia muito tempo que o Sr. Edvard, o Sr. Joaquim e outras pessoas da comunidade vinham lutando para denunciar aquelas empresas, até que Antônio do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos “Carmen Bascarán”, que na época nem era advogado ainda, apresentou o Sr. Edvard para o padre Dario da congregação dos Combonianos. Aí, o senhor Edvard contou a história que já tinha repetido muitas vezes. O padre escutou e logo quis saber mais. Cada vez que o padre ia na comunidade, ele levava alguém que também passava a conhecer o problema. O padre dizia que mais gente tinha que saber e conhecer o que estava acontecendo.

Através do Antônio, veio os padres, dos padres veio outro advogado, depois a organização Justiça nos Trilhos, e daí, professoras/es da universidade federal e outros apoios. A comunidade já não estava mais só.

Cada vez que a gente falava sobre as doenças provocadas pela poluição das empresas e da nossa luta, quem ouvia fazia muitas perguntas. Às vezes as perguntas nos confundiam um pouco, mas elas foram muito importantes para a

gente entender que precisávamos buscar mais informações para melhorar a nossa luta. Fomos ficando mais fortes.

“Foi assim que, em 2011, com a ajuda da Justiça nos Trilhos, da Justiça Global e da Federação Internacional de Direitos Humanos foi feito o documento “Brasil quanto valem os direitos humanos?” que tratava sobre os problemas que a indústria de mineração e da siderurgia provocava na comunidade. Alguns anos depois, um novo documento foi lançado: o relatório “Piquiá foi à Luta”, que mostrou que todas as conquistas e avanços na comunidade foram resultado da mobilização dos próprios moradores”. (Kelly)



DIFICULDADES

- Saber até onde confiar nas pessoas que eram apresentadas;
- Ter que mudar o que se tinha planejado para receber e acompanhar as pessoas que chegavam sem avisar;
- Saber quando e por quem ser fotografados ou filmados; Combinar as narrativas para não ter falas diferentes na comunidade sobre o mesmo assunto;
- O que fazer quando as atenções dos visitantes se concentravam em uma ou duas pessoas provocando ciúmes e arranhando as relações na comunidade;
- Organizar os contatos e as contribuições;
- O desafio de não se deixar pautar por interesses contrários aos da comunidade.

ESTRATÉGIAS

- Procurar saber quem são as pessoas ou grupos que estão sendo recebidos; de onde vêm, quais os interesses; o que defendem; em nome de quem estão ali; quem são as pessoas de confiança; quem da comunidade conhece aquelas pessoas;
- Combinar com o grupo e a comunidade quem poderia estar disponível para receber as pessoas; quem fala em nome do coletivo e o que falar;
Saber organizar o tempo e o espaço para as reuniões e visitas;
- Alguns cuidados para reuniões: não deixar documentos sigilosos expostos; cuidar para deixar o ambiente limpo, arejado e acolhedor; definir sempre quem faz o registro das pessoas e do assunto tratado;
- Cuidar para que as visitas sejam acompanhadas por mais de uma pessoa da comunidade e com prévio aviso para dar tempo de se preparar;
- Ao receber alguma proposta, não decidir na hora, mas levá-la para discussão e deliberação coletiva;
- Avaliar no coletivo o grau de importância de cada parceria;
- Defender sempre os interesses da comunidade;
- Abrir espaços para que mais pessoas da comunidade possam desenvolver suas lideranças para que haja alternância na composição da diretoria da associação.

SUGESTÃO DE DINÂMICA PARA FORMAÇÃO.

- a) Dar as boas-vindas e pedir que as pessoas lembrem e compartilhem alguém que as ajudou a conquistar algo importante na vida.
- b) Após a partilha, quem conduz o encontro deve pedir para as pessoas relatarem experiências de articulação, pois, quando se tem bons contatos e se trabalha em conjunto muita coisa boa pode acontecer. Esse será o gancho para introduzir o tema do encontro.
- c) Pedir para alguém ler o texto do item 1.3, “O poder da articulação”, incluindo as dificuldades e estratégias. Na sequência, convidar as pessoas a conversar sobre o texto.
- d) Em seguida, divide-se a turma em grupos. Cada grupo receberá canetões e cartolina. Na cartolina, devem escrever os nomes de organizações e pessoas com quem a comunidade pode contar e se articular, e em que cada uma das organizações e pessoas lembradas pode contribuir (+/- 20 minutos).
- e) Cada grupo apresenta a sua relação e assim a turma poderá visualizar a rede de articulação que a comunidade já tem formada.
- f) Para fechar o encontro sugere-se reforçar a riqueza das parcerias e a importância de cultivar essas articulações. Pode-se, também, reler os itens da estratégia, antes de decidir ações concretas de como a comunidade pode fortalecer suas articulações.

4.

**O OPRESSOR
NA MENTE
E NA VOZ
DE ALGUMAS
PESSOAS
DA COMUNI-
DADE.**

NARRATIVA COM FALAS

DIFICULDADES

ESTRATÉGIAS

**SUGESTÃO DE DINÂMICA
PARA FORMAÇÃO**



“A comunidade estava bem unida quando foi feita a manifestação em frente a Gusa para reivindicar o pagamento da indenização do terreno para o reassentamento. A conquista foi registrada no acordo feito no Ministério Público. Depois disso, algumas pessoas que trabalhavam para as empresas ou tinham parentes lá, que antes apoiavam o movimento, passaram a criticar a diretoria. Chegaram até a dizer que alguns de nós estavam ganhando dinheiro por fora, que os nossos parceiros estavam tirando proveito da gente.” (D. Tida)

Muita gente ficou com medo de perder o emprego porque as empresas ameaçavam dispensar os trabalhadores que participassem de manifestações contra elas. Houve conversas de que alguns moradores passavam informações sobre a organização da comunidade para as empresas. Algumas pessoas diziam que as empresas mandavam no poder público e por isso não acreditavam que a comunidade poderia ter chances.

O medo e a incerteza poderiam ser vencidos, mas quando alguns moradores começaram a defender os interesses das empresas, o clima mudou na comunidade, a liberdade para falar e planejar as ações já não era a mesma.

Com essas divisões, algumas famílias venderam suas casas, mas o dinheiro não dava para comprar uma casa boa em outro bairro. Assim, várias famílias acabaram morando de aluguel, de favor e outras voltaram para a comunidade pagando aluguel.

O jeito foi investir na formação da comunidade para que as pessoas pudessem entender a política das empresas e o potencial da comunidade como sujeito político com voz e direitos.



DIFICULDADES

- As promessas enganosas das empresas;
- As ameaças de desemprego;
- A campanha de difamação por parte das empresas contra lideranças e apoiadores da comunidade, usando pessoas da própria comunidade para isso;
- A falta de alternativas de emprego, pois, as empresas menores trabalham para as grandes empresas e as autoridades públicas se guiam pelos interesses das empresas.
- A falta de consciência dos direitos enquanto classe trabalhadora.

ESTRATÉGIAS

- Realização de muitas reuniões para afinar os argumentos e narrativas;
- Identificar formas de ganhar o respeito e a confiança das pessoas que estão com dúvidas ou se sentem inseguras;
- Trabalhos com a rede de apoiadores para a formação política voltada para o exercício da cidadania;
- Estabelecer tratamento respeitoso com as pessoas que defendem as empresas para que elas entendam que a luta é pelos direitos da comunidade e delas mesmas. Para isso, serviu e serve a aproximação amistosa com pessoas de suas famílias ou próximas delas e a firmeza na defesa dos propósitos da luta;
- Identificar quem da organização pode ser mais indicado/a para conversar com a pessoa que estiver insegura ou defendendo os interesses das empresas;
- Estudos sobre os direitos da comunidade e os deveres das empresas e das autoridades públicas.

SUGESTÃO DE DINÂMICA PARA FORMAÇÃO.

a) **Boas-vindas com a música:** “Cidadão” (Zé Ramalho). Depois de ouvirem a música, pedir para as pessoas dizerem o que entenderam da música. Só depois da partilha quem conduz ressalta que a música traz as diferenças sociais e a exploração da classe trabalhadora.

b) Dividir a turma em 3 grupos. Um grupo deve representar os moradores que defendem os interesses das empresas; o segundo grupo representará os interesses da comunidade; o terceiro grupo terá o papel de anotar em uma cartolina ou

outra folha grande os pontos apresentados por cada grupo e ao final dizer suas impressões sobre as apresentações.

c) Quem conduz a formação deverá estar preparado/a para mediar a conversa de forma que o grupo possa entender as artimanhas das empresas no uso das pessoas que falam em nome delas, sem agredir as pessoas que são usadas pelas empresas. A turma terá que ser ajudada a entender que o verdadeiro inimigo não é a pessoa que defende os interesses da empresa, mas as violações cometidas pelas empresas (30 minutos para a atividade).

d) Fazer a leitura do texto 1.4 e depois pedir à turma que indique outras estratégias que possam ser acrescentadas na lista do texto.

e) Concluir a formação agradecendo a participação no trato de um tema tão sensível.

5.

ESTUDOS E PEQUISAS SOBRE OS PROBLEMAS DA COMUNI- DADE.

NARRATIVA COM FALAS

DIFICULDADES

ESTRATÉGIAS

SUGESTÃO DE DINÂMICA
PARA FORMAÇÃO



Quando a comunidade tomou a iniciativa de encarar a luta pelo direito à saúde, à moradia digna, à convivência comunitária, ninguém tinha ideia do quanto seria preciso se articular com outras organizações e buscar apoios na cidade, no Estado e até fora do Brasil para avançar na busca dos direitos.

Além da força de vontade, organização e coragem para lutar, a comunidade ainda carecia de muitos outros saberes para fazer provas de tudo que fazia as pessoas da comunidade ficarem doentes.

Foi com o apoio de professores da Universidade Federal, de técnicos/as da Justiça nos Trilhos e uma parceria com um grupo de médicos da Itália que se realizou uma pesquisa sobre os poluentes emitidos pelas empresas e o impacto na saúde dos/as moradores/as da comunidade. Antes dessa pesquisa sempre tinha uma voz dizendo que os/as moradores/as eram ignorantes, que estavam exagerando ou não sabiam o que estavam falando.

Foram muitos dias de trabalho, mas o resultado foi muito bom. Conseguiu-se levantar o nível de poluição sonora provocada pelas empresas e pelo transporte de carga pela ferrovia Carajás; quantificar o percentual de comprometimento dos pulmões das pessoas por conta dos gases emitidos e muito mais. O fato é que os resultados das pesquisas serviram de provas documentais para vários processos na Justiça em favor das famílias da comunidade.

Outro estudo importante foi realizado pelo Coletivo de Vigilância Popular em Saúde formado por jovens da própria comunidade para investigar a qualidade do ar.

DIFICULDADES

- A organização dos documentos com o registro dos acontecimentos e as ações realizadas na comunidade para o apoio das pesquisas;
- Comunicar em tempo real para toda a comunidade as propostas e as ações a serem realizadas, bem como encontrar consenso sobre elas;
- Organizar-se para hospedar e acompanhar pesquisadores/as na comunidade;
- Manter o contato regular com apoiadores externos;
- Receber pessoas que não falam a língua portuguesa;
- Compreensão das palavras que os/as pesquisadores/as usam;
- Como usar bem as pesquisas e estudos que são realizados na comunidade;
- Conseguir a devolução dos resultados de pesquisas feitas na comunidade.

ESTRATÉGIAS

- Formação sobre como fazer e manter contatos no processo de lutas sociais;
Mapear famílias com disponibilidade para hospedar pessoas;
- Manter uma lista de pessoas parceiras que podem auxiliar em traduções linguísticas;
Criar boletins para manter a comunidade e parceiros externos informados sobre assuntos relevantes da comunidade;
- Buscar e manter contato com comunidades que tenham problemas semelhantes;
Se perguntar onde se pode encontrar informações sobre a comunidade (prefeitura; testemunhos dos primeiros moradores; fotos antigas; matérias de jornais etc.);
Estabelecer parcerias com universidades;
- Envolver estudantes da comunidade nas pesquisas realizadas na comunidade;
Buscar informações de como usar os estudos feitos na comunidade.
Reunir para estudar o que está acontecendo na cidade, no Estado, no Brasil e no mundo que possa mexer com a comunidade (isso é análise de conjuntura);
A partir dos estudos, melhorar ou construir uma agenda/calendário para a conquista dos direitos e um planejamento estratégico.

SUGESTÃO DE DINÂMICA PARA FORMAÇÃO.

a) Acolhida com a dinâmica de desembaraçar as mãos. As pessoas, em círculo, dão as mãos, olham bem para quem está do lado direito e esquerdo; em seguida soltam as mãos e caminham no espaço da sala se misturando. Em seguida, de onde estão, devem juntar as mãos com as mesmas pessoas de antes. A roda vai ficar toda cruzada e as pessoas devem destrinchar o grupo retornando à roda sem soltar as mãos.

b) De novo na roda, quem conduz o encontro deve perguntar o que as pessoas sentiram e observaram. Em seguida, deve-se aproveitar as falas para enfatizar o quanto é importante estudar o ambiente para ver o que está acontecendo, entender como as coisas funcionam, quais as facilidades e dificuldades para poder agir. Essa dinâmica é para introduzir o tema dos estudos e pesquisas.

c) Pedir 3 voluntários/as para a leitura do texto do item 1.5. Cada pessoa lê uma parte e, em seguida, dá-se uns 15 minutos para conversar sobre o texto.

d) Apresentar um vídeo sobre um dos problemas que a comunidade enfrenta (agrotóxico, mineração etc.).

e) Abrir a palavra para as pessoas compartilharem sobre o que chamou atenção no vídeo. Na sequência, aproveitando os relatos expressos pelos/as participantes, re-

forçar a importância das pesquisas e estudos para o avanço da luta por direitos.

f) Para finalizar, pode-se repassar os pontos das estratégias para verificar o que a comunidade já tem organizado e o que precisa ainda melhorar. Pode-se conversar sobre um problema ou situação que mereceria uma pesquisa na comunidade.

CUIDADOS IMPORTANTES AO REALIZAR UMA PESQUISA

- 1** Acolher professores/as que buscam parceria com a comunidade;
- 2** Discutir e combinar estudos de interesse da comunidade;
- 3** Definir pessoas para acolher e acompanhar professores/as, estudantes e outras/os pesquisadoras/res na comunidade;
- 4** Apresentar a parceria na assembleia da comunidade, bem como os resultados das pesquisas e estudos;
- 5** Dar publicidade aos resultados das pesquisas e estudos;
- 6** Assegurar que a comunidade e a Associação constem como parceiras nos relatórios finais.

**VOCÊ PODE ACESSAR OS RELATÓRIOS DAS PESQUISAS AQUI:
WWW.JUSTICANOSTRILHOS.ORG**

6.

A ESCOLHA PELO REAS- SENTAMENTO E SUA GESTÃO.

NARRATIVA COM FALAS

DIFICULDADES

ESTRATÉGIAS

SUGESTÃO DE DINÂMICA
PARA FORMAÇÃO

As pessoas podem falar, criticar, mas sabem que o espaço de decisão é a assembleia. Quando foi para tomar a decisão sobre qual seria o tipo de reparação à comunidade, houve muitas dúvidas, discussões e até desavenças. Havia quem queria indenização individual, quem queria permanecer em Piquiá de Baixo mesmo com a poluição, mas a maioria, em assembleia, optou pelo reassentamento da comunidade. Ali ninguém podia ter boa saúde.

Foram várias assembleias até que a escolha pelo reassentamento ganhasse consenso da maioria. Uns 20% das famílias preferiram não aceitar a proposta. Embora ficasse a preocupação com o futuro dessas famílias e as intrigas provocadas por algumas pessoas que rejeitaram a proposta, a luta seguia em frente, pois havia muitas questões a serem resolvidas. Onde seria o novo bairro? Qual o custo? Quem iria custear o reassentamento? Como seria a gestão da obra do reassentamento?

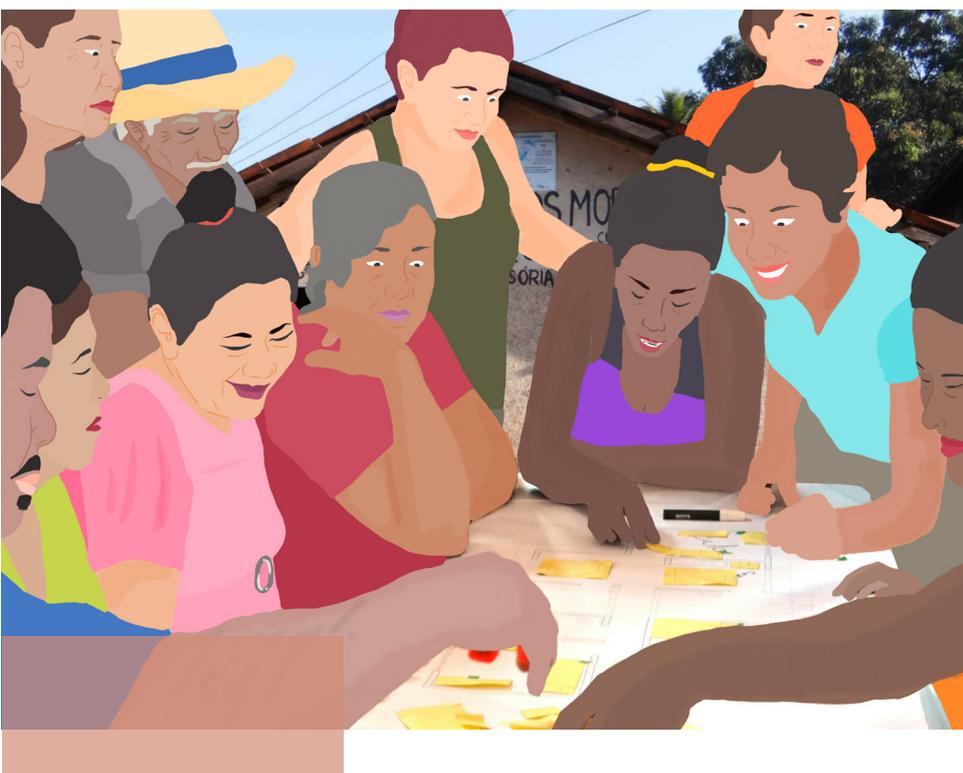
As empresas nunca assumiram a culpa pelos danos à comunidade, mas

acabaram assumindo a responsabilidade de financiar a compra do terreno para o reassentamento, efetuando o repasse do dinheiro através do sindicato que as representa. A Vale, para não admitir oficialmente sua responsabilidade, chegou a criar um concurso e um prêmio para disfarçar o repasse de recurso ao reassentamento. Foram muitas manifestações, articulações e ações até essa vitória. (ver a cronologia completa do processo do reassentamento no Anexo II).

Para o financiamento das casas, o jeito encontrado foi buscar o recurso do programa Minha Casa Minha Vida com a esperança de no futuro se conseguir a isenção das prestações. Uma coisa de cada vez! Naquele momento o importante era decidir sobre a gestão da obra; afinal, seriam 312 casas e ninguém tinha experiência com isso.

Através da Justiça nos Trilhos, a USINA (Centro de Trabalho para o Ambiente Habitado), convidada a oferecer a assessoria técnica para o planejamento do novo bairro, foi apresentada à Associação e com ela foi possível

aprender sobre os benefícios da auto-gestão. Na auto-gestão, ao contrário de dar para uma empreiteira a gestão da obra, a Associação é quem iria decidir e conduzir os trabalhos. Assim, a planta do reassentamento, a escolha do modelo das casas, a seleção das empreiteiras que iriam executar os trabalhos, a gestão do dinheiro, a decisão sobre os espaços comunitários a serem construídos, tudo seria decidido coletivamente e conduzido pela Associação.



DIFICULDADES

- O exercício da democracia com a participação das mulheres dentro de uma cultura machista;
- A pouca prática de diálogo coletivo na cultura da comunidade;
- A falta de entendimento sobre os papéis institucionais: associados/as, diretoria, conselho fiscal e assembleia;
- Manter o quórum das assembleias para dar legitimidade às decisões;
- Conciliar os interesses individuais em prol dos interesses da comunidade;
- Os receios ao tomar decisões para médio e longo prazo;
- O baixo nível de confiança no poder de gestão da comunidade.

ESTRATÉGIAS

- Identificar pessoas que tenham boa aceitação coletiva para condução das assembleias;
- Preparar bem as pautas das assembleias e assegurar ampla divulgação do edital;
- Pensar dinâmicas de acolhida e fechamento para as assembleias;
- Ter momentos de mística;
- Preparar com antecedência as informações que serão repassadas e discutidas nas assembleias, utilizando linguagem visual e de fácil entendimento;
- Apresentar mais de duas propostas com as vantagens e desvantagens de cada uma, considerando o interesse coletivo como o bem maior a ser protegido e defendido;
- Se preparar para responder com inteligência e respeito as falas que podem surgir em favor das empresas e questionamentos provocatórios e não construtivos;
- Nunca iniciar a assembleia sem as exigências do Estatuto Social: edital, quórum, leitura da ata da assembleia anterior (ao menos as deliberações) e pessoas responsáveis para fazer a ata e os registros (exemplo: fotos, filmagens) da assembleia;
- Dar publicidade às deliberações da assembleia (quando possível usar as rádios locais);
- Quando houver assuntos conflituosos, buscar observadores externos de confiança que possam estar presentes na assembleia.

SUGESTÃO DE DINÂMICA PARA FORMAÇÃO.

a) Acolhida com boas-vindas e escuta das novidades da comunidade. No centro da roda deverá ter vários recortes com figuras e vários objetos (caneta, vaso, foto de casa, paisagens, animais, carro etc.). Quem está na condução da formação dá para algumas das pessoas um objeto; as demais pessoas são convidadas a ir ao centro da roda e pegar uma figura ou objeto. Depois as pessoas são convidadas a contar em 1 minuto uma história a partir daquela figura ou objeto.

b) Após a escuta de todos/as participantes, deve-se agradecer e convidar a turma a conversar sobre como foi contar a história a partir de algo que lhe foi dado/imposto e do que foi escolhido.

c) A partir daí, falar sobre o que significa o poder de “escolha”. Com o que surge dos relatos deve-se enfatizar aspectos da liberdade, da responsabilidade sobre o poder de escolha como direito em uma sociedade democrática. Lembrar que no sistema capitalista, principalmente num país com tantas desigualdades, o poder de escolha pode ser uma ameaça na medida que ele pode levar a formas diferentes e mais eficazes de produção sem ter que explorar e retirar direitos das pessoas e da mãe terra.

d) Fazer a leitura da primeira parte do texto “A escolha pelo reassentamento e sua gestão”. Ouvir o grupo sobre suas impressões e perguntar se a comunidade já precisou fazer alguma escolha que envolvesse várias pessoas.

e) Depois de ouvir a turma, deve-se dividi-la em dois grupos. O grupo 1 deve conversar sobre a lista de dificuldades que está no texto. Se quiserem, podem acrescentar outras. O grupo 2 irá conversar sobre as estratégias e podem acrescentar outras na lista (20 minutos);

f) Cada grupo apresenta os pontos e o entendimento sobre eles.

g) Pedir para que a turma diga quais os espaços de decisão mais importantes da comunidade.

h) Encerrar o encontro com a leitura conjunta da frase (pode ser escolhida outra frase): ***“Se você quer ir rápido, vá sozinho. Se quiser ir longe, vá acompanhado”*** (Provérbio africano)

7.

ESTRATÉGIAS JURÍDICAS.

NARRATIVA COM FALAS

DIFICULDADES

ESTRATÉGIAS

**SUGESTÃO DE DINÂMICA
PARA FORMAÇÃO**

Num país com tanta desigualdade social e uma elite cheia de privilégios, a busca pelos direitos exige planos e estratégias. Algumas já foram vistas. Agora será apresentada a estratégia que envolve ações judiciais. Ela deve ser usada quando já foram tentados outros caminhos ou quando o direito que se busca só pode ser alcançado por meio de via judicial. Isso porque o acesso à justiça no Brasil custa caro, os processos

são demorados e a maioria das autoridades do Poder Judiciário defendem os interesses da elite e das empresas. Na luta de Piquiá de Baixo destacam-se quatro momentos em que foi necessário ativar essa estratégia:



- 1** Para pedir reparação indenizatória pelos danos à saúde de 21 famílias cujas casas faziam divisa com a fábrica Gusa Nordeste e que, por isso, eram as mais atingidas pela poluição;
- 2** Para reivindicar que as empresas contribuíssem para o pagamento do terreno do reassentamento. Nesse caso foi feito um Termo de Ajuste de Conduta – TAC e o sindicato das empresas repassou o recurso;
- 3** Apresentação das violações dos direitos sofridas pela comunidade na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- 4** Para denunciar e processar um cidadão que liderou um grupo com pessoas da comunidade e de outros bairros para invadir o terreno do reassentamento. Além de tentar invadir com pessoas que não estavam na lista para o reassentamento, esse cidadão caluniou e difamou a diretoria da Associação. O jeito foi dizer para ele que suas tentativas de dividir a comunidade tinham limites. Limites assegurados por lei.

DIFICULDADES

- Saber avaliar o momento certo para acionar a estratégia jurídica;
- Saber onde buscar parceiros confiáveis;
- O convencimento das vítimas diretas e testemunhas;
- Meios para garantir a segurança das vítimas e testemunhas;
- Os escassos recursos da Associação para financiar os custos dos processos judiciais;
- O pouco entendimento sobre termos e prazos jurídicos;
- Organização para acompanhar de forma sistemática os processos que costumam levar anos.

ESTRATÉGIAS

- Ter apoio de um/a advogado/a de confiança e com conhecimento no assunto;
- Discutir em assembleia todos os riscos e as vantagens de uma ação judicial;
- Tomar a decisão de forma coletiva, antes de iniciar uma ação;
- Estudar a possibilidade de que a ação seja promovida pela Defensoria Pública Estadual ou da União;
- Reunir todos os documentos que demonstrem o direito e as tentativas de alcançá-lo, antes da decisão de acionar o sistema de justiça;
- Definir quem será responsável por monitorar o andamento do processo. Um processo pode durar anos. Se não tiver alguém que fica na cola do/a advogado/a ou da Defensoria Pública, o processo poderá demorar mais tempo;
- Fazer projetos e buscar parcerias para financiar os custos da ação judicial (viagens, hospedagem, fotocópias etc.);
- Depois de saber quem será o/a promotor/a e juiz/a, é importante levantar a linha política e ideológica deles/as, tentar descobrir se são parentes ou amigos/as próximas dos empresários. Se for verificada a falta de imparcialidade do/a juiz/a ou promotor/a eles devem sair do caso.

SUGESTÃO DE DINÂMICA PARA FORMAÇÃO.

- a) Acolhida. Pedir que as pessoas formem trios e criem coreografia com música “Nosso direito vem” (pode ser outra com o tema do direito que o grupo conheça).
- b) Fazer a leitura do texto, incluso as dificuldades e estratégias, e abrir para que a turma o comente.
- c) Depois da leitura do texto, pedir às pessoas que falem quais as principais violações cometidas pelas empresas na região. Quem conduz toma nota para sintetizar as violações ou indica alguém para isso.
- d) Entre as violações eleger via consenso uma que seja considerada a mais grave.
- e) Após identificar a violação, convidar a turma a fazer um tribunal popular para julgar o caso. Perguntar quem gostaria de ser: juiz/a, promotor/a, advogado/a, testemunha e a ré (ex. empresa). Os/as demais farão parte do corpo de jurados.
- f) Dá-se uns 10 minutos para cada ator/a preparar seus argumentos e depois inicia-se o julgamento.
- g) Depois do julgamento abre-se a palavra para as pessoas se manifestarem sobre seus sentimentos e impressões.
- h) Finalizar com uma avaliação da atividade e uma troca sobre o que as pessoas aprenderam de novo.

ATENÇÃO!

No sistema de justiça os prazos são muito importantes. Por isso, é fundamental ter alguém da comunidade que acompanhe a ação e um/a advogado/a muito atento/a. Outro ponto é o prazo prescricional, ou seja, alguns direitos só podem ser pedidos na Justiça até um determinado tempo depois da violação; a partir daí a pessoa ou a comunidade não pode mais buscá-lo pela via da Justiça. Por isso é importante ter um/a advogado/a que possa ajudar a comunidade a saber quais são esses direitos e o tempo para reivindicá-los na Justiça.

8.

MONITORA- MENTO DAS AÇÕES.

NARRATIVA COM FALAS

DIFICULDADES

ESTRATÉGIAS

**SUGESTÃO DE DINÂMICA
PARA FORMAÇÃO**

Em quase todas as assembleias da associação, na parte final, era apresentado o que estava acontecendo com as ações às quais foi dada entrada para a indenização das famílias e os pedidos na Prefeitura ou Ministério Público. Tudo ficava registrado em ata, mas ninguém entendia muita coisa. O importante era saber se o pedido iria ser atendido e a causa ganha. Os advogados e a diretoria não negavam em suas expressões que se sentiam sozinhos no uso dessa estratégia.

Alguém também lembrou que o Sr. Edvard (presidente da Associação) tinha ido até aos Estados Unidos, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, denunciar as empresas por conta do desrespeito aos impactos socioambientais na comunidade e que a Flávia que fazia parte da diretoria



e o advogado tinham ido à Bélgica, na Comissão Europeia de Direitos Humanos, levar a mesma denúncia, porque era importante que os compradores dos produtos das empresas ficassem sabendo o que elas fazem nas comunidades onde extraem a matéria-prima dos produtos.

Mas, quase ninguém sabia o que acontecia depois. Foi aí que surgiu a ideia de envolver outras pessoas da comunidade no acompanhamento e monitoramento dos documentos encaminhados a todos esses órgãos públicos do Brasil e nas comissões internacionais, bem como o monitoramento das ações apresentadas ao Ministério Público e ao Poder Judiciário para indenizar as famílias e favorecer o reassentamento.

DIFICULDADES

- Entender as palavras difíceis dos documentos que vão para as autoridades e para fora do país;
- Como iniciar o levantamento desses documentos;
- Formar um grupo com pelo menos seis pessoas para o monitoramento;
- Entender como funcionam esses órgãos para pensar como será o monitoramento.

ESTRATÉGIAS

- Levantar os nomes das pessoas que desejam fazer parte do grupo de monitoramento;
- Realizar rodas de conversa com os advogados para lembrar as ações que estão em andamento, de que elas tratam e como funcionam os órgãos onde essas ações estão;
- Fazer um levantamento de todos os documentos encaminhados e ações judiciais e relacionar quem está à frente deles;
- Criar um sistema de monitoramento e uma forma de repassar as informações para toda a comunidade.
- O grupo de monitoramento deve reunir-se todos os meses para analisar a evolução dos casos e ajudar no informe à comunidade.

SUGESTÃO DE DINÂMICA PARA FORMAÇÃO.

a) Acolhida de boas-vindas e o convite para cada pessoa ir ao centro da roda e fazer uma mímica de como se sente naquele dia. Depois de todas as apresentações, dizer que o olhar para si, para o que está sentindo, é uma forma de monitoramento. Ao saber como está se sentido pode apreciar aquele sentimento ou fazer algo para mudá-lo, se for preciso.

b) A partir da primeira dinâmica, pode-se dividir a turma em grupos e cada grupo vai conversar sobre o que é um monitoramento e escolher alguma ação na comunidade que precisou ser monitorada. Após a escolha do exemplo, o grupo deve escrever quais são as dificuldades para realizar o monitoramento (15 minutos).

c) Cada grupo apresenta e, na sequência, faz-se a leitura do texto. As dificuldades e estratégias, escritas previamente em cartolinas, são agora apresentadas para que todas as pessoas possam ver. Sempre se pode acrescentar novos pontos nas dificuldades e estratégias.

d) Com base na leitura das dificuldades e estratégias, pode-se convidar a turma a fazer uma lista com as ações que estão em curso na comunidade que precisam ser monitoradas.

e) Encerrar pedindo que cada pessoa que está na roda diga uma palavra ou frase que demonstre a vantagem do monitoramento das ações da comunidade.

9.

EMPRESAS E PODER PÚBLICO: UMA RELAÇÃO AMBÍGUA.

NARRATIVA COM FALAS

DIFICULDADES

ESTRATÉGIAS

SUGESTÃO DE DINÂMICA
PARA FORMAÇÃO

Quando a comunidade descobriu que quem dava autorização para o funcionamento das empresas era a prefeitura e o governo do Estado, e que eles tinham que fiscalizar suas operações, todos/as ficaram animados/as, pois, seria só fazer um documento pedindo que o prefeito e o governador mandassem fiscalizar e tomar as providências. Mas, logo descobriu-se que o poder das empresas extrativistas já tinha ganhado o apoio do prefeito e do governador.

A lei diz que as autoridades políticas



devem governar e fazer leis para todos/as, não podendo favorecer uns em detrimento de outros, a não ser que seja para assegurar a justiça social. Não é possível cuidar da saúde da comunidade enquanto se autoriza o funcionamento de empresas que violam as regras de impacto ambiental, causando danos para as pessoas e para o meio ambiente.

O jeito foi investir na formação da comunidade para o exercício do controle social das políticas públicas. Esta ação começou com o levantamento que a JnT, Justiça Global e FIDH fizeram para o relatório “Brasil, quantos valem os direitos humanos?”, que além de levantar as situações de violações e os atores envolvidos, fazia recomendações para as empresas, governos e organismos públicos de defesa dos direitos coletivos. O segundo relatório “Piquiá foi à Luta”, uma parceria entre a JnT e a FIDH, verificou se e quais recomendações haviam sido cumpridas ou não.

Lá consta que o poder público confia nas informações das empresas para dar autorização e que havia empresas funcionando sem a devida autorização, com conhecimento das autoridades. Uma vergonha! Mas a comunidade não ficou calada e tratou de fazer pressão nas autoridades.

DIFICULDADES

- Pouco conhecimento por parte da diretoria e da comunidade sobre as responsabilidades legais dos poderes públicos e das empresas;
- A escolha da política econômica das autoridades públicas favorável às empresas;
- A esperteza das empresas em suas estratégias de manipulação para conseguirem seus objetivos;
- A falta de consciência da luta de classe por parte da comunidade;
- O uso abusivo do poder de autoridade;
- O financiamento de interesses políticos partidários pelas empresas;

- O pouco uso do poder de pressão por parte da comunidade;
- A falta de controle social por parte da sociedade civil organizada (organizações sem fins lucrativos, sindicatos, movimentos sociais etc.).

ESTRATÉGIAS

- Formação sobre como se formou o estado brasileiro, quem controla o poder, e sobre as relações de classes na história do Brasil;
- Formação sobre os direitos humanos que as empresas têm que respeitar como condição de funcionamento;
- Intercâmbio com organizações sociais que estão a mais tempo na luta e com práticas exitosas;
- Formação sobre os direitos de participação e manifestação;
- Estudo dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos;
- Conhecimento sobre controle social e quais os órgãos corregedores dos poderes públicos.

SUGESTÃO DE DINÂMICA PARA FORMAÇÃO.

a) Acolhida de boas-vindas e o convite, para quem souber, dizer uma frase sobre “o que é o que é”. Exemplo: O que é o que é: tem escama mas não é peixe, tem coroa mas não é rei? – Abacaxi!”. Depois que as pessoas tiverem se colocado, conversar sobre a mensagem dessa brincadeira, ou seja, sobre aquilo que parece mas na realidade não é. Fazer a relação com as autoridades públicas que deveriam governar para todos/as, mas se aliam às empresas. Explicar, se necessário, o sentido da palavra “promíscuo”.

b) Ler o texto sobre “Empresas e poder público: uma relação promíscua”; abrir a palavra para as pessoas colocarem suas impressões.

c) Distribuir tiras de papel com, em cada uma, uma das dificuldades da lista do texto. A pessoa deve ler e dizer o que ela pensa sobre aquilo. Depois que a pessoa falar, as outras podem opinar também.

d) Pedir que as pessoas façam sugestões de como enfrentar a promiscuidade (explicar a palavra) entre autoridades públicas e empresas. Após listar as sugestões, pode-se ler juntos as estratégias que constam neste ponto do texto do Manual.

10.

É PROIBIDO COCHILAR: CUIDADOS COM A BASE.

NARRATIVA COM FALAS

DIFICULDADES

ESTRATÉGIAS

SUGESTÃO DE DINÂMICA
PARA FORMAÇÃO

“É muito chato a comadre não poder vir aqui em casa por conta dessas brigas nas assembleias da associação.” (D. Ciça). “Até hoje a gente espera os projetos que a Vale prometeu, e nada. Só vieram aqui pra enrolar a gente.” (Lima)

A assembleia começou e logo foi possível perceber que havia algo estranho no ar. Pessoas que nunca participavam das assembleias estavam presentes. Posicionadas no fundo no salão, elas nem ouviam o que era apresentado. Estavam ali para tumultuar a assembleia. Foi preciso que lideranças religiosas que participavam, pedissem calma. O mais estranho é que as outras pessoas que estavam na assembleia e que deveriam se posicionar contra aquela situação, ficaram caladas ou foram embora.

Alguns coisas estavam acontecendo e era preciso ouvir mais a comunidade para entender e buscar soluções antes que a causa maior que era a luta por direitos fosse prejudicada.

Até decidir sobre a escolha pela “auto-gestão da obra”, as assembleias eram bem cheias. Depois, as pessoas acharam que caberia à diretoria tomar conta do resto. Por sua vez, a burocracia para conseguir os documentos e autorizações para dar andamento ao projeto do reassentamento era tão grande que a diretoria já não tinha tempo para olhar outras necessidades da comunidade.

Como diz o ditado popular: “se deixar o espaço vazio alguém vai ocupá-lo”. Foi isso que quase aconteceu. A Vale começou a enviar o seu pessoal para ofertar benefícios para algumas pessoas e anunciar projetos para dividir a comunidade.

Moradores que eram contra as deliberações das assembleias se juntaram com pessoas de fora da comunidade com interesses políticos para tomar a liderança do processo e tentar invadir o terreno destinado ao reassentamento. Foi aí, que a Diretoria e Conselho Fiscal entenderam que, apesar de estarem trabalhando muito, não podiam cochilar. Era preciso dar mais atenção a outras necessidades da comunidade.



DIFICULDADES

- Falta de habilidades de quem está à frente das atividades em manejar conflitos e situações fora do planejado;
- Incidência de pessoas de dentro e de fora da comunidade, com interesses políticos e/ou econômicos, na formação de opinião de alguns membros da comunidade;
- A falta de espaço para discutir ideias entre uma assembleia e outra;

- Distanciamento da direção da Associação da comunidade como um todo;
- Construir consensos sobre a escolha de reparações a serem reivindicadas pela comunidade.
- Falta de planejamento para conciliar a atenção ao processo de reassentamento e à comunidade;
- Emergências do dia-a-dia no processo de reassentamento que tomam tempo da direção da associação;
- A dificuldade de manter a vigilância sobre os grupos opositores e a comunicação sistemática com a comunidade;
- Enfraquecimento das iniciativas de formação sociopolítica na comunidade;
- O dilema entre preservar os empregos e preservar a saúde e a natureza.

ESTRATÉGIAS

*“Se quer chegar rápido vá sozinho,
mas se quer ir longe vá em grupo”*
(Provérbio Africano)

- Criar atividades fora das assembleias capazes de aproximar as pessoas e valorizar seus potenciais;
- Conversar com pessoas da comunidade para entender o que gera as manifestações não construtivas, caluniosas e difamatórias, para desconstruir essas narrativas;
- Criar uma agenda de presença de pessoas da diretoria em atividades na comunidade;
- Desenvolver atividades que fortaleçam a Associação de moradores como espaço legítimo de representatividade da comunidade;
- Elaborar de forma mais didática e leve as informações e prestações de conta para as assembleias;
- Construir consensos sobre regras para participação e falas na assembleia: tempo, vezes de falas, pautas etc.;
- As pessoas que representam a comunidade adotarem a primeira pessoa do plural em suas falas ao falar em nome da comunidade;
- Formação sobre mediação de conflitos;
- Identificar as pessoas contrárias aos interesses da comunidade e expor suas intenções na assembleia para interromper suas ações. Antecipar-se às investidas dos grupos opositores;
- Não dar bola ou compartilhar informações falsas ou tendenciosas pelas redes sociais;
- Planejar as ações incluindo o andamento dos projetos e o trabalho de base;

- Investir em atividades que atendam outras demandas da comunidade (esporte, cursos, atenção socioassistencial etc.);
- Ter uma lista de contatos de confiança que possa ser usada em casos de urgência: pessoas de referência da própria comunidade; advogados/as; agentes de segurança; comunicadores; autoridades religiosas e públicas etc.;
- Tomar decisões frente às emergências sempre de forma coletiva;
- Explicar à comunidade as verdadeiras intenções das empresas em suas “intervenções comunitárias”.

SUGESTÃO DE DINÂMICA PARA FORMAÇÃO.

a) Após as boas-vindas, ver uma pessoa para ser voluntária e ficar em pé. Retira-se sua cadeira do círculo. Quem conduz a brincadeira deve explicar que as pessoas que estão sentadas devem trocar de lugar a cada comando de quem está em pé. Exemplo: A pessoa diz: Todos que estão de chinelo. Todas as pessoas que estão usando chinelo se levantam e trocam de lugar. A pessoa que estava em pé, deve aproveitar o momento para ocupar um lugar. Depois, quem perdeu o lugar dá outro comando e tenta ocupar uma cadeira. Assim, segue a brincadeira. As pessoas chamadas não podem ficar sem trocar de cadeira.

b) A partir da brincadeira, conversar brevemente sobre a importância de estar atentos/as aos movimentos para não deixar que outros agentes ocupem o seu lugar.

c) Dividir a turma em grupo e pedir que recordem situações em que a organização da comunidade ficou em risco por intervenções de outras pessoas. O grupo deve listar as fraquezas da comunidade naquele momento (ex. se reunia pouco).

d) Pedir que os relatores dos grupos apresentem o resultado para todos/as.

e) Com um cartaz com a lista das dificuldades que estão no texto, convidar a turma a refletir sobre as causas das dificuldades que foram apresentadas e as do cartaz.

f) Pedir para alguém ler as estratégias e pedir que acrescentem outras com base na experiência e/ou necessidade da comunidade.

g) Terminar com uma rodada de bola. Quem estiver conduzindo, joga uma bola (pode ser de papel) para uma pessoa que deve dizer uma palavra que lembre “estado de atenção” (exemplo: esperta); depois essa pessoa joga para outra e, assim, sucessivamente.

ATIVIDADES DE FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO



O cuidado com o fortalecimento da comunidade precisa ser contínuo. De nada adianta ter uma boa articulação, boas ideias e até algumas conquistas se a comunidade não estiver junta na luta.

As pessoas e as famílias precisam ser motivadas o tempo todo. Para isso, é preciso atentar-se para outras dimensões da vida comunitária que não seja apenas a luta que está sendo levada adiante. É preciso olhar como está a atenção com as crianças, as/os adolescentes e jovens. É preciso ver se há violência doméstica na comunidade e assim por diante.

Em Piquiá de Baixo, o lugar mais fácil para conversar com as mulheres sobre as reparações, a exemplo do reassentamento, passou a ser nos grupos de geração de renda criados para apoiá-las. Com as/os adolescentes e jovens foi através do esporte e atividades culturais; com os homens foi envolvendo-os em atividades manuais de melhoria na comunidade. Isso não acontece espontaneamente. É preciso tomar iniciativa e planejar



as ações e logo a comunidade estará mais animada e as assembleias com mais participantes.

É preciso dar tempo para escutar os desejos e interesses das pessoas, apoiar soluções para problemas importantes enfrentados por algumas mulheres, sentar nas frentes das casas para aprender com as pessoas mais vividas, tudo para conhecer e ganhar confiança da comunidade. É preciso chorar junto com as mães as perdas dos filhos, comemorar o encontro de uma vaga de emprego, estar junto para reclamar a ausência do/a médico/a no Posto de Saúde.

É preciso estar presente para enfrentar o machismo. Na comunidade de Piquiá, uma das mulheres precisou se afastar do grupo de geração de renda porque o marido a proibiu de participar. As outras mulheres decidiram que o nome dela não seria retirado porque juntas trabalhariam para ela retornar ao grupo. Houve quem saísse do grupo por esperar retorno financeiro rápi-



do, sem dar tempo para compreender os ganhos mais importantes do empreendedorismo coletivo.

Nesse movimento de fortalecimento da comunidade surgiram dois grupos de mulheres para geração de renda (grupo Mulheres Artesãs e o grupo Da Horta para a Cozinha); iniciativas como o Futebol pela Cidadania com meninos e meninas; dois pontos de

leitura com atividades para crianças e adolescentes. Algumas das atividades ocorreram no passado e foram retomadas junto com outras iniciadas. Todas elas ajudam a chegar mais rápido nas famílias para ouvir suas ideias, reclamos, sugestões e ter suas participações. Dicas:

- 1** Manter uma rotina trimestral/semestral de análise de conjuntura para ver, entre outras coisas, como estão a animação e o apoio da comunidade;
- 2** Identificar as principais necessidades dos diferentes grupos da comunidade: crianças, adolescentes, jovens; mulheres; homens pais de família; idosos/as: necessidade de acesso à educação (creche, educação para adultos, transporte etc.); acesso à água com qualidade; cuidados especiais para a saúde;
- 3** Envolver as pessoas na construção e realização dos projetos;
- 4** Estar atento a editais para projetos que possam financiar atividades de interesse dos grupos da comunidade;
- 5** Motivar novas lideranças;
- 6** Envolver a comunidade, sempre que possível, nas tomadas de decisões.

ESTRATÉGIAS DA VALE PARA DIVIDIR A COMUNIDADE

Seria mais uma tarde de quinta-feira como outra qualquer até a chamada telefônica da diretora da escola avisando sobre uma reunião com o pessoal da Vale que ocorreria no dia seguinte às 9h da manhã. Toda a comunidade já havia sido avisada. A expectativa da diretora e da comunidade era a possibilidade de receber recursos para projetos sociais. Para a diretoria da Associação de moradores, essa seria mais uma tentativa de entrada da mineradora na comunidade para dividi-la.

A situação era delicada. A diretoria da Associação estava distante da comunidade e as expectativas de vários/as moradores/as eram grandes. Na primeira reunião o representante da diretoria apenas escutou. Na segunda reunião, os membros da diretoria advertiram os/as presentes sobre a habilidade da empresa fazer promessas que não são cumpridas. Esse era um jeito de alertar a comunidade e dizer à empresa que tinha gente de olho. Na terceira reunião alguma medida precisava ser tomada, pois as falas dos representantes da empresa repetiam o roteiro já conhecido: promessas sem compromisso; enaltecimento de pes-



soas e grupos criando hierarquia dentro da comunidade; imposição de pauta...

Entre a primeira e a terceira reunião foram várias conversas para ajudar as pessoas da comunidade a entenderem o movimento da empresa. Foi assim que na terceira reunião a diretoria da Associação pode contar com o apoio da maioria

dos presentes para dar um basta na tentativa da empresa de tomar os espaços de organização da comunidade.

Uma carta da Associação foi escrita à direção da Vale dizendo que a comunidade estava aberta ao diálogo, mas que a pauta desse diálogo deveria ser construída em conjunto. Depois do recebimento da car-

ta enviada pela Associação, os representantes da empresa não voltaram mais à comunidade, como também não deram satisfação sobre as expectativas levantadas por ela de projetos que seriam realizados. O único pronunciamento ocorreu na assembleia de investidores da empresa pedindo desculpas pelo ocorrido.



11.

O PODER DA COMUNICAÇÃO.

NARRATIVA COM FALAS

DIFICULDADES

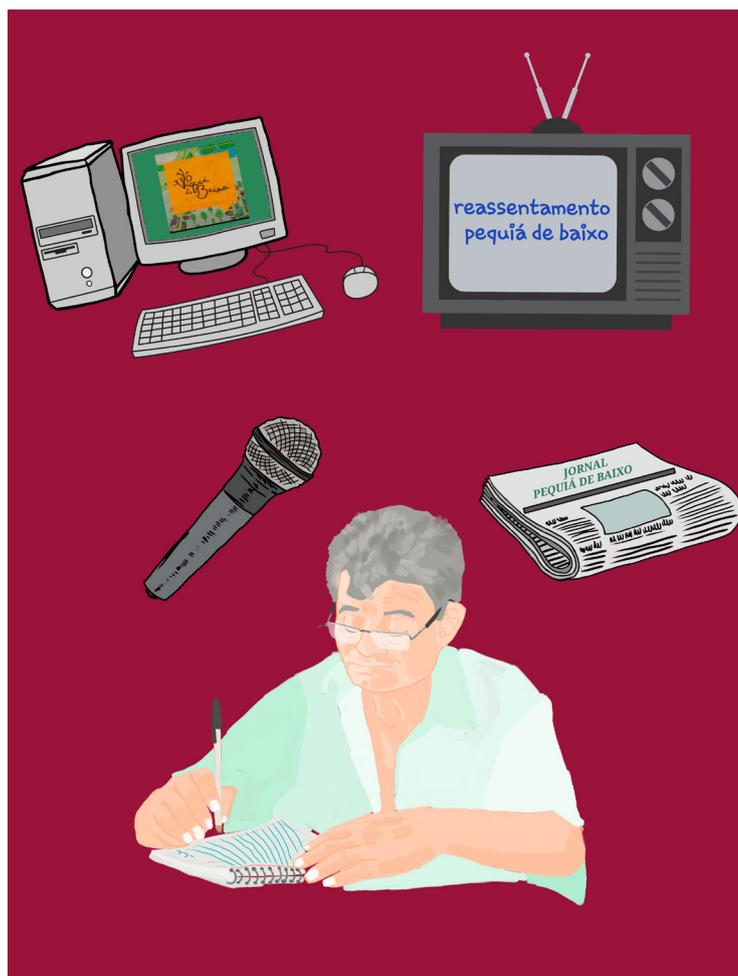
ESTRATÉGIAS

SUGESTÃO DE DINÂMICA
PARA FORMAÇÃO

Logo que o pe. Dario conheceu a luta de Piquiá de Baixo, ele falou que ela precisava ser divulgada e que seria muito importante conhecer quem também lutava pela mesma causa em outras regiões. Seguindo a sua orientação a comunidade de Piquiá de Baixo descobriu outras comunidades que estavam mais avançadas na luta e foi possível aprender muito com elas.

Um dos aprendizados foi sobre as diferentes formas de comunicação: cartilhas, revistas, vídeos, expressões artísticas, campanhas, entrevistas, entre outros. Outro ponto foi saber a importância do conteúdo da comunicação. Para que fim ele deve ser usado, para que público deve ser direcionado e o momento certo para a comunicação.

Em uma determinada ocasião, uma matéria feita para apoiar a luta da comunidade foi usada em um processo judicial contra a Associação porque a forma como foi escrita possibilitava interpretações diferentes daquilo que a comunidade defendia. Em outro momento, uma matéria jornalística para um canal de televisão de grande circulação criou problemas na comunidade porque, apesar de muito boa, só um pequeno grupo sabia que a reportagem iria ser feita. Na ocasião, muitas/os moradoras/es não se sentiram respeitadas/os porque não foram informados. Souberam da reportagem pela televisão.



A turma do contra não perdeu tempo e logo se aproveitou para promover intrigas com o apoio das empresas.

A comunicação é muito importante para as lutas sociais. Se bem cuidada, a boa comunicação pode levar a causa da luta a ganhar apoio nos quatro cantos do mundo. As entrevistas dadas pelas mulheres que representaram a comunidade na Colômbia, Peru, Itália, Suíça, Bélgica e as campanhas feitas com o apoio da Federação Internacional de Direitos Humanos – FIDH provam que comunicação é poder de transformação.

Todo esse movimento foi fundamental para que o Relator Especial da Organização das Nações Unidas – ONU para o tema de “substâncias perigosas e resíduos tóxicos”, Baskut Tuncak, escolhesse visitar Piquiá de Baixo em 13 de dezembro de 2019.

DIFICULDADES

- Medo de represália por parte das empresas;
- Como assegurar que um bom número de pessoas da comunidade se envolva nas decisões sem prejudicar a estratégia da comunicação;
- Saber como identificar os pedidos de entrevistas favoráveis aos interesses da comunidade;
- Encontrar pessoas da comunidade que aceitem ser identificadas nas reportagens de denúncia e nas ações de comunicação onde a comunidade é convidada a participar;
- Ter a mídia local financiada pelas empresas e políticos.

ESTRATÉGIAS

- Listar os meios de comunicação e os programas que querem dar espaço à matéria;
- Manter os contatos com jornalistas e meios de comunicação que apoiam a causa;
- Desenvolver uma “assessoria de imprensa” da organização para os contatos com a mídia;
- Preparar bem o que se quer divulgar;
- Quando possível, consultar um/a advogado/a sobre o conteúdo que se quer divulgar;
- Pesquisar quem patrocina esses programas e quais os seus interesses;
- A decisão para conceder entrevista deve ser tomada coletivamente e, quando possível, conversar com parceiros/as antes das entrevistas para ouvir suas opiniões;
- Buscar informações sobre o/a jornalista responsável pela entrevista/matéria;
- Promover formação sobre diálogos com a mídia (como ser objetivo; manter o foco; definir qual a mensagem etc.);
- Evitar falar na primeira pessoa singular, quando se está falando em nome de um coletivo;
- Se organizar para responder a novos pedidos de entrevistas. É comum depois de ganhar visibilidade na mídia ocorrerem novos pedidos;
- Preparar-se para possíveis tentativas de desqualificação e criminalização das pessoas que deram entrevistas e da associação/grupo/coletivo. Os atingidos pela matéria/reportagem podem usar pessoas da própria comunidade para desqualificar o que foi apresentado na reportagem;
- Ter apoio de advogado/a para orientações preventivas e em casos de processos por difamação.

SUGESTÃO DE DINÂMICA PARA FORMAÇÃO.

- a) Dar as boas vindas e convidar para a brincadeira telefone sem fio com a frase (a frase pode ser outra): “Saber comunicar o que se quer é um dos caminhos para alcançar o que se deseja”.
- b) Depois que sair a frase final, inicia-se uma conversa sobre o que pode ser uma boa comunicação (20 minutos);
- c) Pedir às pessoas que digam quais os meios de comunicação aos quais as famílias da comunidade têm mais acesso (exemplos. TV Globo, TV Record, Rádio ..., UOL, Jornal do Sindicato etc.). Cada exemplo citado deve ser escrito e colado na parede.
- d) Em roda, conversar sobre a confiança nesses meios de comunicação, quem os financia e quais os cuidados que é preciso ter com os meios de comunicação. Na sequência, pode-se ler a lista das dificuldades e comentar coletivamente cada ponto.
- e) Pedir que as pessoas conversem com quem está ao lado para levantar quais os meios que a comunidade usa para se comunicar com as/os moradores, com as organizações parceiras, para fazer denúncias, para divulgar suas ações (10 minutos). Na sequência, apresenta-se o resultado da conversa.
- f) Colocar as estratégias em um cartaz e após a leitura de cada item, perguntar se a comunidade já desenvolve aquela estratégia. Se a resposta for sim, pedir a um/a participante que pinte uma bolinha com lápis verde ao lado do item. Se a resposta for “mais ou menos”, pintar uma bolinha amarela, e se a comunidade ainda não desenvolve a estratégia, pintar uma bolinha de vermelho. Ao final da leitura, ajudar a turma a visualizar o que precisa ser melhorado para que a comunidade tenha boa comunicação.
- g) Terminar o encontro pedindo para que cada pessoa diga o que foi mais importante para ela naquela formação.

ATENÇÃO!

Tudo o que se fala precisa ser comprovado para que não seja objeto de denúncia. Também é importante ter orientação de um/a advogado/a para saber o que evitar para não cometer crime de difamação. Com a mídia nem tudo são flores!

Os critérios de escolha de quem vai representar a comunidade precisam ser acordados com a comunidade para se evitar desentendimentos ou criar diferenças na comunidade. Preparar a pessoa com relação ao que ela poderá encontrar e criar espaços para a partilha de suas experiências no retorno para a comunidade.

DICAS PARA A VISIBILIDADE NACIONAL E INTERNACIONAL

- 1** Identificar bem os objetivos e métodos para as ações de incidência nacional e internacional;
- 2** Com quais parceiros contar para ajudar nos contatos, na preparação de documentos e no apoio financeiro;
- 3** Encontrar apoios para tradução de documentos e notas públicas;
- 4** Buscar organizações parceiras com atuação nos países onde a empresa tem escritório ou outra atividade;
- 5** Definir a pessoa que vai representar a comunidade e auxiliá-la na preparação dos documentos: passaporte; visto para entrada no país, etc. (é preciso fazer tudo com antecedência porque pode demorar para ficar pronto);
- 6** Criar um fundo para custeio das ações;
- 7** Se preparar para as pressões da empresa em cima de lideranças e da comunidade por conta da visibilidade;
- 8** Manter a comunidade sempre atualizada sobre tudo que se faz e procurar sempre dar oportunidade para a participação de outras pessoas;
- 9** Dar visibilidade na mídia nacional e local sobre as incidências internacionais.

PEQUIÁ DE BAIXO
EXIGE RESPEITO!!!



12.

OUTRAS ESTRATÉGIAS DE LUTA

12.1 CARTAS E E-MAIL

12.2 ABAIXO-ASSINADO

12.3 PROTESTO PÚBLICO

12.4 FECHAMENTO DE VIA PÚBLICA

12.5 SER AÇIONISTA

12.6 AUDIÊNCIA PÚBLICA

Não importa o tamanho e o tempo das lutas, todas elas exigem planejamento, estratégias, comando, registro e celebrações. Como vimos ao

longo da luta de Piquiá de Baixo, luta que ainda segue, foram várias as estratégias para avançar nas conquistas de direitos.

SUGESTÃO DE DINÂMICA PARA FORMAÇÃO.

Para o item “Abaixo-assinado”: sugere-se convidar a turma para preparar no próprio encontro um abaixo-assinado para reivindicar melhoria em algum serviço público na comunidade. Depois de preparar o texto, deve-se reler e pedir que todos opinem sobre o que pode ser melhorado e se combina como recolher assinaturas e dar prosseguimento.

Para as demais estratégias, sugere-se a divisão da turma em grupos para cada uma das seguintes estratégias de luta: Protesto Público; Fechamento de via pública; Ser acionista; Audiência Pública.

Cada grupo lê o texto sobre aquela estratégia e apresenta seu conteúdo utilizando uma das seguintes modalidades:

- a) Uma dramatização em forma de teatro
- b) Um cordel ou música
- c) Desenho ou pintura
- d) Sugestões de palavras de ordem para usar no ato público
- e) Um plano para uma dessas ações a partir de uma luta da comunidade
- f) Outras ideias...

12.1 CARTAS E E-MAIL

Levem-se da carta que o Sr. Edvard escreveu para o presidente Lula pedindo ajuda para que as empresas de minério respeitassem os direitos da comunidade? A carta sempre foi um importante meio de comunicação. Era muito comum enviar cartas pelo correio. Isso ainda acontece, mas, se tornou habitual usar o correio eletrônico – e-mail – por ser mais rápido e prático.

No caso de carta por correio, para ter um comprovante do seu envio, é preciso que seja na modalidade carta registrada. Nessa modalidade, a pessoa que envia a carta fica com o comprovante. Já o e-mail, além de ser mais rápido, fica guardado no correio eletrônico (caixa de e-mail) de quem enviou.

Por correio ou por e-mail, a carta é muito usada para fazer apresentar um pleito e fazer pressão sobre algum assunto. Quanto maior o número de cartas pedindo a mesma providência, maior será a chance do destinatário dar atenção.

É muito importante:

- 1 Expressar bem o que se quer solicitar;
- 2 As informações precisam ser corretas e objetivas para que a autoridade entenda bem o pedido;
- 3 As informações de contato de quem está enviando a carta (remetente) para não haver erro caso haja resposta;
- 4 Verificar a possibilidade de enviar a carta com cópia para alguma autoridade parceira;
- 5 Conservar cópia do que foi enviado;
- 6 Acompanhar a resposta (caso a resposta demore, escrever solicitando uma resposta);
- 7 Se possível, dar publicidade à carta e à resposta.



CARTAS CARREGAM GRANDE SIGNIFICADO

O mesmo senhor Edvard, um dia, escreveu uma carta para o seu neto explicando a importância da luta da comunidade. Muitos anos depois, o senhor Edvard faleceu e essa carta foi divulgada. Para surpresa de todos, a carta trazia um histórico da caminhada de Piquiá de Baixo e instruía toda a comunidade sobre quanto valiosa era a luta pelo reassentamento.

Trechos da CARTA DO SR. EDVARD PARA SEU NETO, MOISÉS:

“Sabe, Moisés, nunca perca seus sonhos. Hoje em dia alguém pode até querer comprá-los, como fizeram as firmas do plantio de eucalipto com os meus colegas: compraram suas pequenas terras para dar espaço à monocultura, para produzir carvão para as siderúrgicas, e com isso muitos companheiros meus venderam seus sonhos por dinheiro. Meu sonho sempre foi sair daqui. Claro, cheguei antes das siderúrgicas e teria direito de ficar em lugar delas. Mas essas firmas são poderosas demais e no começo não conseguimos levantar a voz nem impedir que se instalassem. (...)

Quando chegaram, logo se levantou uma cortina de fumaça entre as firmas e nossas casas: além da poluição, me fez pensar que desde o começo tinham algo a esconder e que todas aquelas promessas não iriam se realizar tão facilmente. (...)

Minha revolta encontrou o apoio de outros e decidimos entrar na justiça. Um gesto corajoso: finalmente, pensávamos, essas firmas vão nos escutar. (...)

Talvez a justiça seja cega, mas a minha impressão é que cheira bem e gosta do perfume dos que têm dinheiro. Não sei se posso dizer isso abertamente, Moisés, talvez vou me comprometer demais, mas escrevo só para ti assim que não se decepcione no futuro assim como aconteceu comigo. (...)

Aliás, tenho a impressão que para nós em Piquiá o caminho de libertação já começou há tempo. Reunir o povo muitas e muitas vezes sem que ninguém desanime é o milagre da resistência; conseguir manter uma única voz frente às empresas, sem ceder a possíveis propostas particulares e sedutoras que dividem o grupo, é o milagre da unidade.” (A carta completa está no Anexo III).

12.2 ABAIXO-ASSINADO

Com a chegada das empresas e a expansão das carvoarias, a comunidade viu aumentar muito os problemas de saúde. As pessoas reclamavam, mas reclamavam individualmente e não resolviam nada. Aí, alguém teve a ideia de fazer um abaixo-assinado. Na folha de caderno escreveram:

- O nome da Associação Comunitária;
 - O nome da autoridade e o órgão público para onde o abaixo-assinado iria ser enviado;
 - O problema e o que se estava reivindicando, com local e data;
 - Contato e endereço para a resposta.
- Na sequência, foram feitas três colunas: Nome / RG-CPF / Assinatura. “Mais de 300 assinaturas foram coletadas, o que significou mais da metade das famílias que moravam na comunidade”. (Flávia)



IMPORTANTE!

- 1 Que o texto do abaixo-assinado seja curto e expresse bem o que está sendo reivindicado;
- 2 Que os nomes e os números dos documentos sejam legíveis;
- 3 Fazer cópia do abaixo-assinado antes de entregar à autoridade;
- 4 Solicitar o número de protocolo no órgão onde o abaixo-assinado é apresentado e, se possível, o nome e contato de quem vai recebê-lo;
- 5 Acompanhar o que acontece com o abaixo-assinado depois de entregue;
- 6 Manter as pessoas que assinaram o abaixo-assinado informadas sobre o que vai acontecendo.

12.3 PROTESTO PÚBLICO

“Quando a gente está sozinho, pode falar alto, gritar, mas é difícil ser ouvido/a. Mas quando a gente se junta, as nossas ideias e nossas vozes começam a ser ouvidas. Com a Gusa Nordeste foi assim. Foi preciso juntar comunidade e

apoiadores e ocupar a frente da empresa para que nos escutassem”. (D. Tida)

A diretoria da Associação chamou uma assembleia, apresentou a ideia do protesto e ali se organizaram algumas comissões para:

- 1 Cuidar dos cartazes e faixas;
- 2 Definir quem falaria em nome da comunidade com os representantes da empresa, jornalistas, polícia, autoridades;
- 3 Comunicar aos órgãos públicos a realização do ato;
- 4 Pensar a segurança: não permitir bebida alcoólica ou drogas, controlar o trânsito, vigiar quem se aproxima, acalmar pessoas exaltadas etc.;
- 5 Organizar o suporte de água e alimento caso o protesto se prolongasse;
- 6 Contatar apoiadores: advogados/as, parlamentares, organizações sociais, jornalistas;
- 7 Preparar a caixa de primeiros socorros;
- 8 Nomear quem iria fazer o registro do protesto (fotos, filmagem, texto para imprensa etc.).



A ocupação durou 36 horas. Para lá foi levado fogão com botijão. Ali foi feita a comida e até canto de luta com violão. Teve chuva, mas o povo não arredou. Sol, chuva, noite e dia, seguiram firmes sem desanimar. Só se liberou a passagem e abertura dos portões da empresa quando o Ministério Público, com a presença da diretoria da Associação, assessores e representante do sindicato das empresas, registrou o acordo para que as empresas por meio do sindicato repassasse o dinheiro para pagar o que faltava do terreno do reassentamento.

“Essa luta é nossa, essa luta é do povo, é com justiça que se faz um mundo novo.”

ATENÇÃO COM OS PERIGOS

Nessas atividades pode ter gente infiltrada com intenção de provocar tumulto, jogar drogas, armas, tirar fotos ou filmar as lideranças. Essas pessoas podem estar usando camisetas de movimento social e dizer que conhecem alguém da comunidade para esconder sua verdadeira identidade. É preciso estar atento/a e não segurar nada de pessoas estranhas.

12.4 FECHAMENTO DE VIA PÚBLICA

“A gente não desanima! Como diz a música ‘se é para ir pra luta nós vamos’. Depois de várias tentativas de diálogo sem sucesso com as empresas e o poder público, a Associação, com o apoio de organizações parceiras, decidiu parar a BR 222 na altura da comunidade Piquiá de Baixo para chamar a atenção das autoridades. No horário combinado as pessoas foram chegando e quando se formou um bom grupo, a pista foi ocupada. As pessoas responsáveis de cuidar dos pontos de fechamento logo tomaram os seus postos e ali ficamos até que as autoridades decidiram nos receber para tratar dos problemas da comunidade”. (Flávia). Foi muito importante saber:



- Qual a via com maior impacto para os objetivos;
- Horário e tempo de permanência previsto;
- Escolha de pessoas para dialogar com a polícia e motoristas;
- Escolha de pessoas para cuidar dos pontos de fechamento da pista;
- Equipe para fazer cartazes, faixas, palavras de ordem, panfletos explicando o ato;
- Equipe do som;
- Equipe de segurança para prevenir acidentes (orientação sobre o que fazer em caso de intervenção policial com gás de pimenta e outras abordagens truculentas);
- Equipe de primeiros socorros;
- Escolha das pessoas para falar com autoridades e jornalistas;
- O que fazer se fosse necessário dispersar antes do tempo previsto;
- Nomear quem faz o registro do ato.

12.5 SER ACIONISTA

“Ah! Foi muito bom quando descobrimos que as grandes empresas têm muitos acionistas. Acionistas são pessoas que se tornam sócias da empresa comprando suas ações ou títulos. Ainda que se comprem poucas ações, esse/a novo/a sócio/a pode participar das assembleias da empresa. Foi assim que o Sr. Willian, morador da comunidade e mais outros apoiadores compraram algumas ações e passaram a acompanhar as assembleias que ocorrem uma vez por ano, geralmente no final do mês de abril.

Antes de cada assembleia da empre-

sa, a gente faz uma reunião com outras pessoas e organizações que compõem a Articulação dos Atingidos/as pela Vale, para preparar a nossa intervenção (voto crítico). Quem participa também tem o dever de repassar o que aconteceu na assembleia.

“O problema é que a gente conhece pouco desse mundo empresarial-financeiro e as assembleias acontecem na cidade do Rio de Janeiro, bem longe da nossa comunidade. Mas, a gente vai porque esse é mais um espaço para denunciar e exigir nossos direitos”. (Sr. Antônio).

Como se tornar um/a acionista:

- Pesquisar se a empresa violadora dos direitos humanos tem ações para vender;
- Criar um fundo para comprar a quantia de ações que permita participar das assembleias de acionistas;
- Buscar financiamento para as viagens;
- Se articular com outras organizações sociais que são acionistas;
- Preparar por escrito a intervenção com voto crítico e fundamentá-la para convencer o maior número de acionistas sobre o objetivo que se quer alcançar.

CONFIRA

<https://atingidospelavale.wordpress.com/2020/04/30/relatorio-acionistas-criticos-10-anos-de-atuacao-da-articulacao-internacional-dos-atingidos-e-atingidas-pela-vale/>



12.6 AUDIÊNCIA PÚBLICA

A maioria das pessoas que ocupam cargos de autoridade vem da classe média alta ou da elite. São elas que tiveram acesso às melhores escolas e influências para alcançarem cargos políticos importantes e bons postos de trabalho. Muitas dessas pessoas não sabem o que é a pobreza ou as dificuldades da classe trabalhadora. Quando muito, repetem frases feitas para ganhar a simpatia do povo por interesse político.

Quando vão a um bairro de periferia ou a um assentamento, seus assessores mandam limpar ruas, pintar as guias de calçadas, ajeitar um grupo de puxa sacos para bater palmas e não deixar a população ganhar voz.

Quando a reunião é realizada em seus gabinetes, só pode ir um grupo pequeno de pessoas representando a comunidade. A autoridade tem sempre os assessores na reunião para cortar as falas da comunidade e dizer que tudo será providenciado, sem contar que a reunião tem sempre um tempo curto porque a autoridade está com uma agenda muito cheia.

A alternativa são as audiências públicas promovidas pela comunidade. Nelas quem dá as regras é a comunidade. A comunidade de Piquiá de Baixo realizou uma audiência pública com o Relator Especial da ONU para assuntos de resíduos tóxicos em dezembro/2019. O resultado foi que ele



levou a denúncia da comunidade às autoridades brasileiras com recomendações pedindo providências para que as empresas respeitem as leis de impacto socioambiental e prestem atenção à saúde da população.

Após a audiência pública as autoridades do município e do Estado chamaram a Associação para conversar sobre os problemas da comunidade.

ATENÇÃO!

É muito importante que alguém fique responsável de monitorar o que ficou combinado na audiência pública.

VEJA COMO ORGANIZAR UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA COMUNITÁRIA:

- 1** Definir bem o que se quer alcançar com a audiência pública;
- 2** Levantar os/as parceiros/as que apoiam a luta e que podem ajudar na organização da audiência;
- 3** Convidar professores universitários e outros/as profissionais conceituados/as que possam apoiar a causa e estar presente na audiência;
- 4** Assegurar que um bom número de pessoas da comunidade esteja preparado para estar presente na audiência;
- 5** Preparar o convite para as autoridades (do executivo, legislativo e judiciário) que se quer convidar e ver quem pode mediar para que a autoridade aceite o convite;
- 6** Convidar outras autoridades e, se possível, quando for entregar o convite para a autoridade principal, dizer o nome de alguém de peso que estará presente (isso tende a contribuir para o aceite da autoridade);
- 7** No roteiro da audiência, deve-se prever uma caminhada com as autoridades pela comunidade para mostrar a situação. Caso não seja possível, deve-se preparar uma apresentação audiovisual sobre o problema para ser apresentada de início da audiência;
- 8** Contatar a mídia para dar publicidade à audiência (assegurar a mídia alternativa porque as demais raramente se fazem presentes);
- 9** Definir equipes: acolhida; preparação do ambiente; registro da audiência; segurança (ficar de olho nas pessoas que aparecem para espionar ou tumultuar); preparação dos documentos a serem apresentados às autoridades;
- 10** O lugar para a audiência, se possível, deve assegurar que as cadeiras sejam colocadas em círculo para não haver posicionamento de hierarquia. Caso seja necessário montar uma mesa, as lideranças da comunidade devem ocupá-la;
- 11** A saudação inicial deve começar pela comunidade e as autoridades devem fazê-la em 1 a 2 minutos. No centro das atenções deve estar a demanda da comunidade. As primeiras pessoas a falarem são os/as representantes e as lideranças da comunidade. Eles/as apresentam os problemas e as reivindicações. Só depois é dada a palavra para as autoridades;
- 12** Deve-se combinar que as falas, todas elas, devem respeitar um tempo determinado e não devem ser interrompidas;
- 13** A audiência deve ser finalizada com a fala da liderança da comunidade lembrando os compromissos acordados e o tempo determinado para o retorno desses compromissos.

13.

CUIDADOS COM A SEGURANÇA.

NARRATIVA COM FALAS

SUGESTÃO DE DINÂMICA
PARA FORMAÇÃO

Aluta por direitos no Brasil é sempre arriscada, porque expõe o desrespeito aos direitos humanos. Se no curso da caminhada alguma liderança ou outra pessoa da comunidade sofrer ameaças, calúnias, difamação ou risco de vida, é preciso agir rápido na defesa e proteção dessa pessoa. Por isso, é muito importante que a organização tenha um bom plano de segurança e saiba com que parceiros poderá contar. Algumas dicas:



- Criar uma rede de apoio na própria comunidade para os cuidados com a segurança de todos/as, principalmente das lideranças;
- Manter os documentos pessoais e da organização atualizados e em ordem;
- Guardar os originais e cópias dos documentos em lugares seguros;
- Fazer cópias dos documentos (backup) dos computadores e guardar em lugar seguro;
- Ter à disposição uma lista de contatos que possam ser acionados em caso de emergência;
- Decorar pelo menos dois números de telefone de pessoas que possam vir ao socorro da pessoa e/ou da organização;
- Manter de fácil acesso os telefones dos/as advogados/as;
- Informar aos/às colegas de equipe os percursos de viagem;
- Zelar pelo comportamento social;
- Anotar todas as ocorrências que pareçam estranhas à sua rotina (ex. carro desconhecido rondando a casa ou a sede da organização);
- Conhecer os vizinhos de sua casa e da organização;
- Cuidado com o que se joga no lixo;
- Pedir identificação de pessoas que se apresentam para serviços em casa ou na organização;
- Cuidar bem da saúde física e emocional. O estresse deixa a pessoa sempre mais vulnerável;
- Não colocar informações delicadas ou fotos nas redes sociais;
- Cuidados com as informações enviadas por e-mail, WhatsApp e outros canais virtuais.

**CONHEÇA A CAMPANHA “A VIDA POR UM FIO” NO SITE:
WWW.REPAM.ORG.BR/AVIDAPORUMFIO**

**FACEBOOK @AVIDAPORUMFIO
INSTAGRAM @AVIDAPORUMFIO_CAMPANHA**

SUGESTÃO DE DINÂMICA PARA FORMAÇÃO.

- a) Boas-vindas e pedir que cada pessoa diga o que a faz se sentir segura. Quem estiver conduzindo a formação deve reforçar que a segurança é uma necessidade e um direito humano. Que a pessoa quando se sente segura ela tem muito mais chances de realizar o que deseja.
- b) Convidar que cada pessoa pegue um canetão ou lápis e uma tarjeta e escreva ou desenhe o nome de uma liderança que sofreu perseguições ou ameaças por conta da luta na região.
- c) Na roda, cada participante deve contar por que escolheu aquela pessoa e quais os direitos que ela defendia quando foi ameaçada ou perseguida.
- d) Depois de todos/as falarem, quem estiver conduzindo deve motivar os/as presentes a colocarem em seus planos de trabalho, estratégias para os cuidados com a segurança própria e da organização.
- e) Pedir que cada pessoa marque ao lado de cada item da lista das dicas de segurança o sinal + se ela já faz o que está escrito; +/- se faz, mas ainda precisa melhorar; e - se não faz. Depois pedir para que as pessoas compartilhem como estão os cuidados com a segurança a partir dos sinais marcados por elas.
- f) Terminar o encontro reforçando a importância da segurança para que a luta seja levada à frente. Finalizar com um abraço coletivo ou com cada pessoa dizendo uma palavra de apoio e amizade porque o afeto faz parte do se sentir seguro/a.

ATENÇÃO!

Se houver tempo, pode-se assistir o vídeo da Campanha “A vida por um fio” - www.repam.org.br/avidaporumfio

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**.

CDHS – Centro de Direitos Humanos de Sapopemba. **Segurança para mulheres lideranças. Cartilha**. São Paulo, 2011.

FRONT LINE. **Protection Handbook for Human Rights Defenders**. 2007. Disponível: <https://www.frontlinedefenders.org/en/resource-publication/protection-handbook-human-rights-defenders>.

FIDH / JNT. **Piquiá foi à Luta**: Um balanço do cumprimento das recomendações para abordar as violações dos direitos humanos relacionados à indústria de mineração e da siderurgia em Açailândia, Brasil. 2019. Disponível: <https://www.fidh.org/IMG/pdf/bresil-734portweb2019.pdf>.

JUSTIÇA GLOBAL **Logísticas da exclusão: a estrada de ferro Carajás no Brasil e o corredor logístico de Nacala em Moçambique**. Rio de Janeiro: 2017. Disponível: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2018/01/logisticas-da-exclusao.pdf>.

RIBEIRO, C. F. T. et al. **Plano Nacional de Ação em Direitos Humanos e Empresas: um guia prático**. Belém, Pará: 2019.

FASE / POEMAS. **A mineração vem aí... E agora? Um guia prático em defesa dos territórios**. Série Mineração. Rio de Janeiro, 2019. Disponível: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/08/A-minera%C3%A7%C3%A3o-vem-a%C3%AD.-E-agora_Web.pdf.

OXFAM/FIDH. **Evaluaciones de Impacto en los derechos humanos basadas en la comunidad**. La guía Todo Derecho Manual de capacitación. OXFAM, FIDH. 2004. Disponível: www.oxfamamerica.org/hria.

ANEXOS.

ANEXO I

SÍNTESE DOS PRINCÍPIOS ORIENTADORES SOBRE EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS DA ONU

Três tipos de deveres do Estado e das Empresas a respeito dos Direitos Humanos:

- **PROTEGER**
- **RESPEITAR**
- **REPARAR**

I. PROTEGER = É dever, em primeiro lugar, do Estado respeitar, e fazer com que as Empresas respeitem, os Direitos Humanos.

Os Estados devem:

- proteger a população contra violações dos Direitos Humanos cometidas em seu território;
- prevenir, investigar, punir e reparar tais violações por meio de leis e mecanismos adequados;
- garantir que todas as empresas em seu território respeitem os Direitos Humanos em todas suas operações;
- fazer cumprir as leis; avaliar periodicamente tais leis;
- promover o respeito aos Direitos Humanos por parte das empresas com as quais realizam transações comerciais;
- exigir, se for o caso, auditorias (due diligence) em matéria de Direitos Humanos;
- assegurar que todos os departamentos e organismos governamentais sejam conscientes das obrigações de Direitos Humanos do Estado na relação com as empresas.

Em regiões “afetadas por conflitos” é dever do Estado:

- assegurar que as empresas identifiquem, previnam e mitiguem os riscos para os Direitos Humanos;
- avaliar e tratar os principais riscos de abusos, prestando especial atenção tanto à violência de gênero quanto à violência sexual;
- prevenir o risco de que as empresas se vejam envolvidas (sic!) em graves violações dos Direitos Humanos.
- punir as empresas que estejam envolvidas em graves violações dos Direitos Humanos e se neguem a cooperar para resolver a situação;

II. RESPEITAR = As Empresas são responsáveis pelo respeito aos Direitos Humanos e os Estados devem garantir que isto aconteça.

Isso significa que **as Empresas devem:**

- evitar que suas próprias atividades gerem impactos negativos sobre Direitos Humanos;
- enfrentar as consequências quando isto vier a ocorrer;
- mitigar os impactos negativos sobre os Direitos Humanos devidos a suas operações ou de terceiros que tenham relações comerciais com elas;
- devem contar com políticas e procedimentos apropriados em função de seu tamanho; os meios aplicados devem corresponder à magnitude da empresa e dos impactos negativos causados;
- instaurar um processo de auditoria (due diligence) em matéria de Direitos Humanos para identificar, prevenir, mitigar e prestar contas de como abordam seu impacto sobre os Direitos Humanos;
- instaurar processos que permitam reparar todas as consequências negativas sobre os Direitos Humanos que provoquem ou tenham contribuído para provocar.

Compromisso político: As Empresas devem assumir um compromisso político com o respeito aos Direitos Humanos, uma **declaração pública**, a qual deve:

- seja aprovada no mais alto nível de direção da empresa;
- basear-se em assessoria especializada interna e/ou externa;
- estabelecer o que a empresa espera, em relação aos Direitos Humanos, de seu pessoal, seus sócios e outras partes diretamente vinculadas com suas operações, produtos ou serviços;
- ser amplamente publicada e difundida interna e externamente;
- ser refletida nas políticas e procedimentos operacionais necessários para incorporar o compromisso assumido no âmbito de toda a empresa.

Auditorias (due diligence): A fim de identificar, prevenir, mitigar e reparar os impactos negativos de suas atividades sobre os Direitos Humanos, as empresas devem realizar auditorias, as quais devem:

- abranger todos os impactos negativos sobre os Direitos Humanos por elas causados;
- ter a complexidade proporcional a seu tamanho e às consequências negativas sobre os Direitos Humanos e da Natureza
- ser um processo contínuo.

Para avaliar **os riscos em matéria de Direitos Humanos**, as empresas devem:

- recorrer a especialistas em Direitos Humanos internos e/ou independentes;
- fazer **consultas substanciais** com grupos afetados e outras partes interessadas;
- basear-se em indicadores qualitativos e quantitativos adequados;
- levar em consideração as informações vindas de fontes tanto internas como externas, inclusive das partes **interessadas afetadas**.

A empresa deve **comunicar oficialmente**, sobretudo quando **solicitada pelos interessados** e quando o risco de impacto negativo é grave, as medidas tomadas para enfrentar os impactos de suas atividades sobre os Direitos Humanos. A comunicação deve ser acessível para seus destinatários, proporcionar suficiente informação.

III. REPARAÇÃO = O Estado e as Empresas devem garantir mecanismos de reparação pelos impactos adversos que provocaram ou contribuíram para provocar.

As Empresas devem:

- em primeiro lugar, cumprir a lei onde quer que operem;
- tratar de prevenir e atenuar as consequências que sejam mais graves ou que possam se tornar irreversíveis.

Mecanismos de reparação:

1. Os **Estados** devem tomar medidas apropriadas para garantir, pelas vias judiciais, administrativas, legislativas ou de outros meios que os afetados possam acessar **mecanismos de reparação eficazes**.

Para isso, devem:

- adotar as medidas apropriadas para assegurar a eficácia dos mecanismos judiciais nacionais;
- limitar os obstáculos jurídicos, práticos e de outras naturezas que possam conduzir para uma negação do acesso aos mecanismos de reparação;
- estabelecer **mecanismos de denúncia extrajudiciais** eficazes e apropriados, paralelamente aos mecanismos judiciais, como parte de um **sistema estatal integral de reparação das violações de Direitos Humanos** relacionadas com empresas.

2. As **Empresas** devem estabelecer ou disponibilizar **mecanismos de denúncia eficazes** de nível operacional à **disposição das pessoas e comunidades** que sofram os impactos negativos.

Os **mecanismos não-judiciais de denúncia** (tanto estatais como não-estatais) devem:

- basear-se na **participação e no diálogo**: as Empresas devem consultar os grupos interessados, para os quais esses mecanismos estão destinados, sobre sua concepção e seu desempenho; para que possam abordar e resolver as denúncias;
- ser **legítimos, acessíveis e transparentes**: as partes são informadas em todas as fases;
- ser **equitativos**: as vítimas tenham um acesso razoável às fontes de informação, ao assessoramento e aos conhecimentos especializados necessários para iniciar um processo de denúncia em condições de igualdade, com plena informação e respeito.

(Obs. Síntese elaborada por Renato Paulino Lanfranchi)

ANEXO II

CRONOLOGIA DO PROCESSO DE REASSENTAMENTO DE PIQUIÁ DA CONQUISTA

Extraído de: FIDH / JNT. **PIQUIÁ FOI À LUTA: Um balanço do cumprimento das recomendações para abordar as violações aos direitos humanos relacionadas à indústria da mineração e da siderurgia em Açailândia, Brasil.** Maio de 2019.

2007

Na base de perícia judicial realizada pelo biólogo Ulisses Brigatto Albino, decisão judicial entende que as provas apresentadas durante o processo são suficientes para comprovar a poluição do local e os danos aos moradores;

2008

Moradores de Piquiá de Baixo tomam decisão coletiva de buscar um novo lugar para viver dignamente;

2011

Decreto nº 610, publicado pela Prefeitura Municipal de Açailândia, declara de interesse social e autoriza a desapropriação do terreno;

2012

Em março, decisão do Tribunal de Justiça garante a posse do terreno ao município;

No final do ano, a Usina é contratada e o planejamento do novo bairro começa;

2013

A Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá (ACMP) protocola o projeto básico de reassentamento na Prefeitura Municipal de Açailândia;

Em dezembro, o projeto básico urbanístico e habitacional definitivo, com orçamento completo, é submetido à Caixa Econômica Federal (CEF), para avaliação e aprovação;

2014

Diante de novo impasse, devido ao atraso do Sifema em depositar a complementação de valores para a conclusão da desapropriação do terreno do novo reassentamento, a solução é a mobilização dos moradores de Piquiá;

Com a resolução do impasse e constante pressão da comunidade, a Prefeitura Municipal de Açailândia publica o Decreto nº 105, de 28 de maio de 2014, aprovando o projeto de loteamento denominado “Reassentamento da comunidade de Piquiá de Baixo”;

No dia 17 de dezembro, o projeto básico de reassentamento (em seus eixos urbanístico-habitacional e técnico-social) é aprovado pela CEF em São Luís e finalmente enviado para o Ministério das Cidades, em Brasília;

2015

Projeto de reassentamento finalmente habilitado pelo Ministério das Cidades para ser contratado pelo Programa Minha Casa Minha Vida Entidade;

Ao longo de 2015 dois fatos determinantes:

Em 13 de junho, a Prefeitura Municipal de Açailândia sanciona a Lei nº 432, que torna a ACMP proprietária em definitivo do terreno para a construção do novo bairro;

Em 20 de outubro, o caso de Piquiá é denunciado formalmente à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em Washington, nos Estados Unidos, constringendo os representantes do governo brasileiro presentes na audiência pela omissão do Estado;

2016

Contrato do projeto de reassentamento assinado por representantes da ACMP em uma audiência no Palácio do Planalto, na presença da então presidenta da República Dilma Rousseff ;

Em outubro, o projeto executivo apresentando em detalhes as principais etapas necessárias para a execução da obra, além do orçamento e do atendimento das normas técnicas fundamentais, é submetido à CEF, novamente para avaliação e aprovação;

2017

É assinado o Termo de Cooperação e Parceria entre a Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá (ACMP), a Fundação Vale, a Vale S.A. e a CEF;

Em novembro, a comunidade de Piquiá vai, novamente, à luta. 50 moradores de Piquiá realizam um protesto na frente da sede da Caixa Econômica Federal, em São Luís;

2018

Com a assinatura do projeto executivo, o processo pode finalmente avançar para a fase final de início das obras;

Em setembro, é dada a aprovação definitiva, tendo sido formalizado naquele mesmo mês o respectivo contrato de financiamento entre a Associação Comunitária dos Moradores do Pequiá e o Fundo de Desenvolvimento Social, representado pela Caixa Econômica Federal;

Em novembro, é iniciada a construção do Piquiá da Conquista, na modalidade de autogestão, tendo a associação e sua assessoria o papel de coordenar as diversas etapas da obra. A expectativa da ACMP é de que todo o projeto de construção do Piquiá da Conquista leve, no melhor cenário, dois anos.

ANEXO III

CARTA DO SR. EDVARD AO NETO MOISÉS

Caro Moisés, me desculpe.

Quando você souber ler e conseguir entender minha carta, não sei se ainda estarei aqui (também porque dizem que toda essa poluição, além de partir o coração, mata os pulmões da gente!).

Mas desde já peço desculpa por entregar-lhe uma casa e um povoado tão sujo e destruído.

Tentei de muitas maneiras impedir toda essa violência, sabe?

Até os padres deram risadas quando souberam que um dia, desesperado, escrevi ao presidente Lula! Estudei até a oitava série incompleta, não tinha ideia de quem podia me ajudar.

Mas o presidente me respondeu, viu?! Me disse de contatar “os órgãos encarregados”.

Graças a Deus que os padres e o Centro de Defesa se juntaram a mim e me orientaram. Eu sinto que são amigos.

Isso queria te dizer: escolha desde cedo amigos de confiança! Um amigo não é quem faz as coisas para ti, mas quem te incentiva e ensina como fazer acontecer um sonho.

Isso mesmo, um sonho. Sabe, Moisés, nunca perca seus sonhos.

Hoje em dia alguém pode até querer comprá-los, como fizeram as firmas do plantio de eucalipto com os meus colegas: compraram suas pequenas terras para dar espaço à monocultura, para produzir carvão para as siderúrgicas, e com isso muitos companheiros meus venderam seus sonhos por dinheiro.

Meu sonho sempre foi sair daqui. Claro, cheguei antes das siderúrgicas e teria direito de ficar em lugar delas. Mas essas firmas são poderosas demais e no começo não conseguimos levantar a voz nem impedir que se instalassem. Elas escolhem os lugares onde o povo é mais fraco, nos convencem com promessas vagas de trabalho e riqueza, e assim fazem a cabeça dos demais.

Quando chegaram, logo se levantou uma cortina de fumaça entre as firmas e nossas casas: além da poluição, me fez pensar que desde o começo tinham algo a esconder e que todas aquelas promessas não iriam se realizar tão facilmente. Pouco tempo depois, uma enxurrada de eucaliptos chegou a invadir os nossos quintais e cercaram o povoado. Era a chamada “cortina verde”, para -dizendo eles- proteger as casas da poluição.

E assim, entre fumaça e esses palitos de eucalipto, aprendemos que as firmas gostam de levantar ‘cortinas’ e esconder-se atrás delas.

Por um certo tempo, tentamos esmolar alguma benfeitoria desses ricos empreendedores: se tiveram tanto dinheiro para instalar as firmas, talvez com

umas migalhas de sobra poderiam até transferir nossas casas numa região menos poluídas.

Um dia, Moisés, tomei coragem e fui conversar diretamente com o dono. Pensei: “meu neto ficará orgulhoso de mim!”. Pois é, ele me recebeu, me escutou... mas no final até zombou de mim! Disse que era fácil, disse que a firma tinha muitas pás carregadoras, dava para carregar as casas assim como elas estão e levá-las para qualquer lugar num outro bairro!

Fiquei triste e constrangido; pensei que nós pobres só valemos como enfeite quando as firmas querem mostrar algum gesto de “responsabilidade social”: um patrocínio para o time de futebol local, uma sessão de cinema para o povo se divertir, umas aulas de alfabetização para adultos, sem mais compromisso. Minha revolta encontrou o apoio de outros e decidimos entrar na justiça. Um gesto corajoso: finalmente, pensávamos, essas firmas vão nos escutar. Éramos 21 famílias pedindo indenização por danos à saúde.

Mais uma vez nos organizamos sozinhos e fomos à luta. A beleza dessa luta é que a gente não cansa, e quando houver uma derrota, a gente reage com mais ânimo e convicção: é claro demais que a gente é vítima, há uma injustiça evidente! A lei não poderá se enganar: seremos ressarcidos!

Às vezes também os avós se iludem e sonham que nem um jovem inexperiente... afinal é a esperança que nos sustenta. Mas aprendi, Moisés, que a esperança é uma criança que precisa de duas irmãs mais velhas: a paciência e a sabedoria.

De fato, a justiça se enganou: até agora estamos esperando uma resposta dela, o processo avança lento demais, dizem que faltam provas suficientes, que não tem como indenizar...

Talvez a justiça seja cega, mas a minha impressão é que cheira bem e gosta do perfume dos que têm dinheiro. Não sei se posso dizer isso abertamente, Moisés, talvez vou me comprometer demais, mas escrevo só para ti assim que não se decepcione no futuro assim como aconteceu comigo.

O que te garanto, meu netinho, é que, apesar da decepção, seu avô nunca vai desanimar! Afinal estou lutando não para mim, mas para todas vocês crianças, que não merecem tudo isso.

Gostaria, para um dos seus próximos aniversários, te dar em presente uma nova terra, limpa, sadia, livre! É bem por isso que quando você nasceu tanto insisti para que seu nome fosse Moisés: a sua geração, tenho certeza, abrirá junto a nós novos caminhos de libertação e vida dentro desse modelo violento de desenvolvimento.

Aliás, tenho a impressão que para nós em Piquiá o caminho de libertação já começou há tempo. Reunir o povo muitas e muitas vezes sem que ninguém desanime é o milagre da resistência; conseguir manter uma única voz frente às empresas, sem ceder a possíveis propostas particulares e sedutoras que dividem o grupo, é o milagre da unidade.

Nessas semanas, além disso, algo novo aconteceu. O Ministério Público, pela

pressão popular, entrou mais decididamente no conflito e fez uma proposta concreta de negociação.

Que orgulho poder sentar, finalmente de igual para igual, numa mesa de diálogo com os presidentes das empresas e dos sindicatos patronais, os advogados, os promotores... e esse seu avô simples, mas corajoso!

Não cheguei ao presidente Lula, mas tenho conseguido fazer de minha condição humilde uma denúncia forte contra as contradições das empresas!

A gente vive em barracas, mas em cima de nossas cabeças passam trens da companhia Vale carregados de minério de ferro para exportação: 45 milhões de reais por dia.

Muitos meus amigos acabaram sendo demitidos pelas siderúrgicas no final de 2008, mas descobrimos que elas exportaram no mesmo ano mais de 138 milhões de reais, melhorando de muitos os patamares do ano anterior.

Pois é, Moisés, enquanto os pobres custam a sobreviver, os grandes continuam crescendo. Mas dessa vez a contradição está sendo gritante aos olhos de muitos, e esses empreendedores têm um medo danado de estragar sua imagem! Aqui no Piquiá costumamos repetir que também nossos gigantes têm os pés de barro!

Somos nós o barro desses poderosos: até quando ficarmos calados e obedientes, eles permanecem de pé. Mas se o barro começa a se mexer, meu amigo... saiam todos da frente!

Moisés: eu me mexi, também em teu nome. Espero que essa onda não se acalme mais.

*Com carinho,
teu avô Edvar*

